

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CRISTIANE SÂMIA CARVALHO

**FORMAS DE ECONOMIA DE NOVAS GUERRAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO
NO AFGANISTÃO**

UBERLÂNDIA - MG

2024

CRISTIANE SÂMIA CARVALHO

**FORMAS DE ECONOMIA DE NOVAS GUERRAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO
NO AFEGANISTÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA - MG

2024

CRISTIANE SÂMIA CARVALHO

**FORMAS DE ECONOMIA DE NOVAS GUERRAS: O CASO DO NARCOTRÁFICO
NO AFEGANISTÃO**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 19 de abril de 2024.

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (Orientador)

Instituto de Economia e Relações Internacionais (UFU)

Prof. Dr. Edson Jose Neves Junior (Membro da Banca)

Instituto de Economia e Relações Internacionais (UFU)

Prof. Dr. Flávio Pedroso Mendes (Membro da Banca)

Instituto de Economia e Relações Internacionais (UFU)

AGRADECIMENTOS

Como aspirante a pesquisadora, o que deixo para a posteridade são meus trabalhos, e faz sentido citar alguns nomes aqui, mesmo que eu ainda vá agradecer a cada um pessoalmente, para registrar a presença de pessoas tão maravilhosas na minha vida. Assim, a quem estiver lendo, saiba que fui muito apoiada, recebi ótimas orientações e jamais teria conseguido chegar ao fim dessa etapa sem essas pessoas, e pretendo levar cada uma delas comigo nas próximas fases da minha vida.

Agradeço a Deus e à minha família pelo apoio constante, mesmo que à distância. Admiro e amo muito todos vocês, fico feliz em compartilhar minhas conquistas com quem torce tanto por mim, mesmo eu tendo saído de uma cidade que tinha uma federal perfeitamente qualificada para ir estudar do outro lado do estado em um curso que ninguém entende muito do que se trata, para me tornar uma profissional que nenhum de vocês sabe muito bem o que faz. Acho que isso só mostra o quanto vocês me apoiam, e confiaram cegamente que isso tudo era uma boa ideia. Também agradeço àqueles que não estão mais aqui, mas que ainda participaram de todo o meu crescimento, simplesmente porque são parte de mim.

Agradeço aos meus amigos, por terem tornado esse processo um pouco mais fácil. Provavelmente não tão fácil assim, mas muito mais prazeroso com certeza. Orlandi, João Gabriel e Brunna, vocês são pessoas preciosas na minha vida, e cada um representa uma fase diferente. Continuem me mantendo atualizada das fofocas de Lavras e Uberlândia, respectivamente, gosto da experiência. E meus irmãos de coração, Vinícius e Letícia, que mais sofrem com minha ocasional ausência, mas que sabem (espero) que nem por um segundo esqueço da nossa amizade, até porque não sei mais viver sem os dois. Eu amo muito todos vocês, sorteiei a ordem dos nomes (não quero ninguém bravo comigo) e adoro cada momento com cada um.

Aos meus professores não só agradeço como dedico minha conquista, que foi completamente dependente da competência e dos ensinamentos de cada um. Destaco os professores Edson e Aureo, meus orientadores de iniciação científica e monografia, respectivamente. Obrigada pelo voto de confiança, e por consequentemente terem me introduzido ao ramo da pesquisa e aos campos de estudo nos quais me realizei. Também gostaria de mencionar o professor Laurindo, com quem criei um vínculo que considero de amizade, e que me ensina diariamente sobre a carreira que quero seguir. Todos os mestres que passaram pela minha vida construíram ativamente a pessoa que sou hoje, e espero ser sempre um bom resultado dos seus esforços e da formação ofertada pela nossa Universidade.

Por último, mas não menos importante, existem mais duas pessoas que preciso agradecer. Na verdade, uma pessoa e um cachorro, e acho que minha mãe não vai se importar de ficar no mesmo parágrafo que o Spike, ela sabe que isso está bem longe de ser pejorativo. Mãe, obrigada por, além de sustentar (literalmente) todo esse processo, ainda ter condições mentais de lidar com a ausência das *minhas* condições durante esses anos. Obrigada pelo colo ocasional, por escutar meus podcasts, quer fossem de raiva, tristeza, alegria ou só muito falatório. Obrigada por me fazer criar hábito de estudo e de leitura, ninguém se gradua em Relações Internacionais sem isso. Obrigada por insistir no inglês, por validar meus sentimentos e minhas ideias e por também me apoiar de forma constante. E Spike, obrigada por ter cooperado com a minha saúde mental, só eu imagino o quanto a pandemia teria sido (ainda mais) difícil se não fosse por você. Obrigada por pesar minha consciência quando meu livre arbítrio cogitava faltar uma aula, já que cada dia longe de você tem, no mínimo, que ser útil e bem aproveitado. Espero que em algum nível você saiba que é mais importante pra mim que qualquer outra coisa, e espero que ainda se lembre que eu sou sua mãe, apesar de você preferir sua avó. Saber que estava fazendo isso tudo “por vocês dois” foi o maior impulso que tive em todos os momentos, e espero ter os deixado orgulhosos.

Obrigada.

RESUMO

Este trabalho explora a Economia Política do Conflito, com foco no Afeganistão e no papel do Talibã. Ele discute como conflitos armados podem prejudicar a economia de um país e dar origem a práticas econômicas substitutivas. O trabalho apresenta o caso do Talibã no Afeganistão, um grupo que se tornou um ator relevante em um esquema complexo de narcotráfico, especialmente no comércio de drogas derivadas do ópio, no Oriente Médio. O estudo argumenta que o status de “economia de guerra” do Afeganistão se manteve mesmo durante o governo implementado pelos EUA e pela OTAN, e a manutenção desse status oportunizou o estabelecimento de sub esquemas econômicos. A fragilidade do Estado permitiu que o grupo mantivesse tal prática irregular por um longo período, sem grandes obstáculos. O trabalho busca responder à pergunta: como o Talibã conseguiu, em plena ocupação afegã, manter atividades lucrativas que garantiram sua manutenção? Essa resposta se baseia na hipótese de que o status “economia de guerra” do Afeganistão se manteve constante desde a guerra civil, mesmo durante o governo estabelecido pelos EUA e pela OTAN, e essa manutenção oportunizou o surgimento de sub esquemas econômicos (Duffield, 2007). Através dessa oportunidade, o Talibã teria se tornado um ator relevante nas atividades econômicas substitutivas que se desenvolveram no país, a fim de garantir sua subsistência, tendo como maior fonte de renda a participação no narcotráfico (Rubin, 2020).

Palavras-chave: Afeganistão; economia de guerra; novas guerras; narcotráfico; Talibã.

ABSTRACT

This work explores the Political Economy of Conflict, focusing on Afghanistan and the role of the Taliban. It discusses how armed conflicts can harm a country's economy and give rise to substitute economic practices. The work presents the case of the Taliban in Afghanistan, a group that has become a relevant actor in a complex drug trafficking scheme, especially in the trade of opium-derived drugs, in the Middle East. The study argues that the status of "war economy" in Afghanistan was maintained even during the government implemented by the US and NATO, and the maintenance of this status allowed the establishment of sub-economic schemes. The fragility of the State allowed the group to maintain such irregular practice for a long period, without major obstacles. The work seeks to answer the question: how did the Taliban manage, in full Afghan occupation by NATO troops, to maintain lucrative activities that ensured their maintenance? This response is based on the hypothesis that Afghanistan's status as a 'war economy' has remained constant since the civil war, even during the governance established by the US and NATO, and this continuity has facilitated the emergence of sub-economic schemes (Duffield, 2007). Through this opportunity, the Taliban is said to have become a significant actor in the substitute economic activities that arose in the country, in order to secure its subsistence, with its primary source of income being its involvement in narcotics trafficking (Rubin, 2020).

Keywords: Afghanistan; war economy; new wars; drug trafficking; Taliban.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Afeganistão e proximidades

Figura 2 - Cultivo de papoula por distrito no Afeganistão em 2023

Figura 3 - Principais países fornecedores (azul) e de tráfico (roxo) de ópio e derivados

Figura 4 - Principais substâncias ilícitas por país em 2023

Figura 5 - Principais rotas do ópio em 2023

Gráfico 1 - História da produção de ópio no Afeganistão em toneladas (1994-2021)

Gráfico 2 - História do cultivo de papoulas de ópio nos principais países produtores

Gráfico 3 - Proporção de apreensões globais de ópio, em porcentagem

Gráfico 4 - Área de cultivo de papoulas por região mundial (hectares)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARTF - Fundo Fiduciário de Reconstrução do Afeganistão

CIA - Agência Central de Inteligência

DEA - Administração de Fiscalização de Drogas

DRA - República Democrática do Afeganistão

EUA - Estados Unidos da América

IFI - Instituições de Financiamento Internacional

IMF - Fundo Monetário Internacional

INCB - Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes

ISAF - Força Internacional de Apoio à Segurança

ISI - Estado Islâmico

ISI-K - Estado Islâmico do Khorasan

MNF - Força Multinacional

ONGs - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PDPA - Partido Social Democrático do Afeganistão

TTP - Movimento Talibã do Paquistão

UNAMA - Missão de Assistência das Nações Unidas para o Afeganistão

UNDP - Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1 - Afeganistão: uma economia de guerra? De qual forma?	18
1.1 Economia Política do Conflito e as Formas de Economia das Novas Guerras	18
1.2 Afeganistão: Um Mosaico Histórico de Conflitos	24
Capítulo 2 - O narcotráfico afegão e o Talibã como fatores independentes	29
2.1 Breve histórico do Talibã	29
2.2 Contextualizando o narcotráfico no Afeganistão	34
2.3 O narcotráfico mundial e afegão	39
Capítulo 3 – Análise e interpretações	45
3.1 Atuação da sociedade e do Talibã no narcotráfico afegão	45
3.2 Cenário imutável? A economia de guerra e seus impactos no país	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

O cenário internacional é permeado por conflitos, guerras, fenômenos complexos de impactos significativos na sociedade, na economia e na política. Em contextos de conflitos armados, a economia dos países é geralmente prejudicada, criando uma margem para que se desenvolvam práticas econômicas substitutivas. É a partir dessa constatação que o campo da Economia Política do Conflito se desenvolve, relacionando os aspectos da guerra e da instabilidade por ela causada com as atividades que passam a ser desenvolvidas, observando suas implementações, manutenções e desdobramentos ao longo prazo.

Assim, no debate do campo sobre novas guerras, são contempladas as formas de economia dos conflitos mais recentes, muito comumente estabelecidas sobre atividades econômicas alternativas àquelas tradicionais que, limitadas pela ocorrência do conflito, não atendem às necessidades da população. Essas atividades podem ser ilícitas, especialmente aquelas voltadas à captação de recursos para o financiamento e a sustentação de determinados grupos considerados opositores ou rebeldes, como é o caso do Talibã no Afeganistão, em um cenário de conflito interno (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Esse estudo de caso que o trabalho pretende apresentar demonstra como o contexto de desestabilização econômica e política pode enfraquecer as instituições, a eficiência da atuação estatal, das regulamentações e do controle sobre as atividades no território, favorecendo a implementação de economias paralelas¹ (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

O Afeganistão é um país em cujo cenário a economia tradicional e regulamentada teve seu alcance prejudicado pelo contexto histórico, no qual percebe-se, desde a Guerra Fria, uma instabilidade que foi muito agravada pela Guerra Civil Afegã (1992-1996), na qual o Talibã assumiu o controle do território pela primeira vez. Sem ter chegado a alcançar um status de tranquilidade, o país ainda foi invadido pelos EUA em 2001, e passou por uma ocupação militar que durou até 2021 quando, novamente por meio de conflitos, o Talibã retornou ao governo (Rubin, 2020). A retirada das tropas estrangeiras que ocupavam o país e a reconquista do território pelo grupo fundamentalista aconteceram de forma muito rápida, em uma ofensiva relâmpago de muito sucesso, que não encontrou grandes resistências.

¹ O termo “economias paralelas” é utilizado no trabalho como convenção, possuindo o sentido de “alternativas às atividades econômicas tradicionais”. Não deve ser compreendido como práticas completamente dissociadas de outras atividades econômicas (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

A retomada ao poder pelo grupo foi um baque à comunidade internacional, bem como à reputação dos EUA. Esse sucesso tão direto e em curto prazo faz com que se confirme que o grupo e seus ideais nunca deixaram de fato o país, bem como ainda dotavam de recursos e certo apoio popular mesmo após 20 anos de dominação. Essa constatação estimula a seguinte pergunta: como o Talibã conseguiu, em plena ocupação afegã por tropas da OTAN, manter atividades lucrativas que garantiram sua manutenção?

Partindo do pressuposto de que uma das formas pelas quais o grupo angariava seus recursos e mantinha suas atividades, mesmo sem a relação com o governo, era através de práticas ilegais como o tráfico de drogas, a hipótese que esse trabalho pretende defender é: o status de "economia de guerra" do Afeganistão se manteve mesmo durante o governo implementado pelos EUA e pela OTAN, e a manutenção desse status oportunizou o estabelecimento de sub esquemas econômicos (Duffield, 2007). Com a oportunidade, o Talibã, que possuía a necessidade de se financiar, teria então, feito com que o grupo se tornasse um ator relevante em um esquema complexo de narcotráfico, especialmente no comércio de drogas derivadas do ópio, no Oriente Médio. A fragilidade do Estado permitiu que o grupo mantivesse tal prática irregular por um longo período, sem grandes obstáculos (Rubin, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar a qualificação do Afeganistão como uma "economia de guerra" antes e durante a ocupação (2001-2021), de forma a contextualizar o histórico do país desde a Guerra Fria. A partir disso, aborda-se a origem e manutenção da atividade ilícita mencionada, observando a forma como o tráfico é instituído e orientado, com destaque para as relações estabelecidas ao redor do esquema e como essa prática influencia a realidade do país, seja no aspecto social ou em relação ao próprio status econômico afegão.

A justificativa para a produção da análise aqui apresentada pode ser fundamentada na relevância de três aspectos principais da discussão, sendo estes a aplicação do conceito de economia de guerra, o caso específico do Talibã no Afeganistão e o narcotráfico. A princípio, tem-se que a ascensão de regimes fundamentalistas e a intensificação do extremismo religioso no Oriente Médio trazem diversos debates em toda a comunidade internacional. No caso apresentado, são discutidos principalmente temas como as determinações de restrições, cortes de investimento e sanções aplicadas ao país a partir do momento de retorno do Talibã, bem como se questionam a legitimidade do novo governo estabelecido e a plausibilidade do reconhecimento desse governo pelos demais Estados.

Tamanha repercussão do caso se dá por se tratar de um país que havia sido retirado de seu viés fundamentalista islâmico, e se alinhado à considerada maior potência ocidental atual,

de forma que o governo afegão foi, por todo o período da ocupação, aliado aos EUA e muito influenciado pelo Ocidente (Rubin, 2020). A surpresa da comunidade internacional se deve ao fato de que mesmo após 20 anos nesse cenário, o grupo ainda conseguiu retornar ao poder, e o novo governo ainda foi capaz de restituir as práticas e normas fundamentalistas. Essa demonstração de que o período de suposta reestruturação afegã não foi bem sucedido leva à necessidade de avaliação das alterações aplicadas no cenário do país, que se mostram superficiais.

A classificação na qual o Afeganistão é incorporado, a saber, de economia de guerra, vem da necessidade que o campo de estudos de Economia Política do Conflito encontra em observar as dinâmicas, motivações e atividades econômicas estabelecidas por trás dos conflitos, bem como as relações entre atores políticos e econômicos e as consequências de longo prazo da manutenção de uma economia considerada “de guerra” em um país. A compreensão do funcionamento de uma economia de guerra, no caso, das novas guerras, é fundamental, uma vez que economias paralelas podem se desenvolver, podem ser utilizadas como subsistência para os grupos envolvidos no conflito, bem como podem ocasionar um enriquecimento ilícito que motive os atores nacionais à continuidade do embate (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

A definição e observação de economias de guerra permite que sejam identificadas também possibilidades de desenvolvimento de estratégias para superação de conflitos que sejam realmente eficazes. O fracasso de diversas tentativas de construção da paz demonstra que é necessário que se estabeleçam atividades econômicas que preencham o vazio das ilícitas, de forma a substituí-las. É preciso que haja uma alternativa a essas práticas irregulares antes de sequer tentar restaurar ou construir a paz em um país abalado pelo conflito, do contrário, não será possível eliminá-las completamente e não será revertido o quadro econômico desestabilizado e negligente, que é o que ocorre com as formas paliativas de estabilização, que deixam margens para que as medidas aplicadas em prol da paz não sejam inteiramente internalizadas (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004).

Já o estudo de caso específico do Talibã no Afeganistão é justificado pela forma com que a retomada do poder aconteceu, e enumeram-se alguns fatores que teriam contribuído para o avanço praticamente desenfreado do grupo rumo à capital do país e à posição de governança. Dentre esses fatores, estão: a presença de um governo fraco e impopular; o apoio de parte da sociedade ao grupo ressurgente; a já mencionada retirada de tropas dos EUA e da OTAN do território nacional afegão em 2021; e o fortalecimento crescente do grupo nos anos anteriores à retomada ao poder, especialmente percebido em 2020 (Brivati, 2022).

Esse fortalecimento precisa ser observado por se tratar de um processo que supostamente enfrentaria diversas dificuldades, tais como o acesso restrito a recursos, repúdio da maior parte da comunidade internacional (o que representa um menor alcance à apoio financeiro estrangeiro), e o controle exercido pelas tropas estrangeiras no território, sendo essas mais bem armadas, treinadas e detentoras em abundância de todos os recursos e capital necessários para manutenção de sua atividade. Tais dificuldades de fato existiam, mas ao contrário das expectativas ocidentais, não foram suficientes para interromper o processo.

Para possibilitar o alcance ao capital necessário para a aquisição de armamentos, manutenção dos núcleos de combatentes e para as atividades desempenhadas no país, o Talibã contou com a manutenção de antigas parcerias específicas, conquistadas na primeira ascensão do grupo fundamentalista ao poder (1996). Esse apoio era principalmente advindo de países como o Paquistão e o Irã, mas o financiamento para o grupo ao longo de todos os anos de ocupação e especialmente no processo de fortalecimento é maioritariamente atribuído a práticas econômicas de alto lucro, sendo a principal delas o envolvimento com o narcotráfico (Rubin, 2020).

Essa constatação já demonstra também a necessidade de se compreender o funcionamento do narcotráfico, ao menos no que tange à participação do Afeganistão no cenário internacional e do Talibã como principal ator local na atividade. Sabe-se que o tráfico internacional de drogas é um problema global de grande magnitude, impactando diretamente na sociedade, economia e na política. Nesse cenário, o presente trabalho tem relevância prática, por poder contribuir para a compreensão dos desafios do combate às drogas, especialmente no Afeganistão, país que é hoje um dos maiores fornecedores de matéria prima para opioides do mundo, especializado no cultivo de papoula, planta da qual se origina a substância, com a produção de derivados e com redes de evacuação dessa produção que alcançam um mercado global, tendo seu público alvo principalmente concentrado na Europa (UNODC, 2022).

Existe ainda a preocupação com algumas outras atividades que são comumente desenvolvidas de forma simultânea ao tráfico no caso analisado, tais como a taxaço de terras, a extorsão de agricultores, o envolvimento em esquemas de corrupção e outras, que apenas somam às consequências políticas e sociais que a prática do narcotráfico em si já traz consigo. Esse conjunto de aspectos destacados no trabalho é, portanto, constituído de assuntos muito repercutidos no Sistema Internacional, sendo importante sua observação atenta pela comunidade acadêmica, a fim de contribuir na discussão sobre as novas guerras, a partir de um exemplo recente. A investigação aqui proposta permite uma análise crítica das implicações de uma desestabilização nacional intensa, ocasionada por conflitos prolongados ou processos de

pacificação pouco aproveitáveis, que por sua vez influencia na perspectiva e planejamento teóricos de atividades para promoção da paz.

Para que seja desenvolvida tal análise, serão utilizados os métodos de procedimento de revisão bibliográfica e articulação teórica a um estudo de caso. A revisão bibliográfica tem como função embasar teórica e empiricamente a pesquisa, explorando conceitos-chave e autores de renome em Economia Política do Conflito, economias de guerras e guerras modernas. Também serão analisadas fontes primárias como documentos oficiais e relatórios de observadores internacionais para a obtenção de dados quantitativos acerca da prática ilícita analisada.

Para cumprir com os objetivos estabelecidos e conseguir desenvolver o argumento, o trabalho será dividido em quatro partes. A primeira parte será um capítulo de discussão teórica, voltado para as discussões conceituais que englobam o tema. Neste capítulo, além de abordados os conceitos principais, serão apresentados debates da Economia Política do Conflito sobre questões como os impactos das economias de guerra nas sociedades ou o funcionamento das novas guerras, bem como das formas de economia que elas desenvolvem. Para ilustrar os debates, será realizada uma recapitulação histórica dos conflitos no Afeganistão desde a Guerra Fria.

O segundo capítulo trata de contextualizar o surgimento e a atuação do Talibã no território afegão, à luz da análise do cenário enfraquecido do país. Em consonância, partindo do mesmo cenário, será analisada também a implementação do tráfico de drogas no Afeganistão, bem como será explicado todo o complexo esquema que permite uma captação de recursos tão intensa e tão contínua. Serão analisadas as características do país em relação à produção e venda de drogas ilícitas derivadas do ópio e também seu perfil no mercado ilegal internacional do produto.

O terceiro capítulo tem como objetivo unir os dois grandes pilares da economia de guerra no Afeganistão, demonstrando a interação do Talibã com o tráfico de drogas. Pretende-se analisar também os efeitos causados pelo envolvimento do Afeganistão com o mercado consumidor e fornecedor de narcóticos, especialmente na esfera social, além de se tecer prospecções para o âmbito local, regional e mundial em cenários de preservação, aumento ou diminuição da atividade em território afegão, impulsionadas pela incerteza perante o comportamento do governo Talibã no país após a retomada, ainda muito recente, do poder. Por fim, serão postas as considerações finais, retomando a pergunta inicial do trabalho a fim de elaborar uma investigação sobre a relação estabelecida entre todos os conceitos e principais temas abordados.

Capítulo 1 - Afeganistão: uma economia de guerra? De qual forma?

Conforme comentado na introdução, esse capítulo tem como objetivo estabelecer a discussão teórica das novas guerras, abordando as novas formas de economia que nelas se desenvolvem, e categorizar o Afeganistão enquanto uma economia de guerra moderna, à luz de seu contexto histórico. Todo conflito representa alterações nos paradigmas econômicos dos atores envolvidos, seja por uma substituição de atividade, uma nova priorização de determinado setor econômico ou apenas pela recessão que costuma ser trazida, já que guerras e embates são muito dispendiosos (Duffield, 2007).

A fragilização de países, especialmente no aspecto econômico, durante e após conflitos não é novidade, tendo sido observada até mesmo nas maiores potências mundiais como a Inglaterra dos anos 1920². Claro que para alguns atores, o conflito pode ser aproveitado, principalmente quando não se prejudica tão diretamente a sociedade e infraestrutura do território nacional, como os EUA dos anos 1940³, mas no geral, quando países que já apresentam instabilidade ou fragilidade em qualquer nível são submetidos a conflitos generalizados e de longa duração, é quase impossível que a recuperação ocorra sem percalços (quando ocorre) (Duffield, 2007). Na análise a seguir, serão abordados conflitos variados, travados no Afeganistão ao longo dos últimos anos. Por se tratarem de conflitos consecutivos, incluindo uma guerra civil, o debate sobre o funcionamento desses embates é igualmente relevante ao primeiro.

1.1 Economia Política do Conflito e as Formas de Economia das Novas Guerras

A Economia Política do Conflito estabelece discussões acerca das guerras, seus funcionamentos e suas sustentações. No debate, economias de guerra são, de forma ampla, associadas como toda atividade econômica por trás do conflito, desde estratégias econômicas

² Apesar de ser uma grande potência mundial no início do século XX, a Inglaterra teve que lidar, a partir de 1918 com os impactos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) sobre sua economia. O conflito ocasionou despesas de guerra muito altas, desgaste econômico derivado da orientação das indústrias para produção de recursos militares e queda considerável na mão de obra (reflexo do custo humano da guerra). Ressalta-se que a Inglaterra não foi o pior caso de fragilização econômica, pois como a guerra não atingiu diretamente solo inglês, o país não precisou recuperar toda sua infraestrutura, como aconteceu com outros países europeus, mas ainda assim seu status de potência não impediu que a economia fosse prejudicada.

³ Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os Estados Unidos desenvolveram muito sua economia interna através da mobilização do setor industrial bélico, já que o país tinha uma economia aquecida, sem prejuízos por combate (os desdobramentos da guerra não ocorreram em território estadunidense) e sem grande perda humana, permitindo um efeito multiplicador (o que era gasto pelo governo se revertia em circulação econômica). Ainda, após o fim do conflito o país pôde financiar a reconstrução de países que de fato foram destruídos pela guerra, e desfrutou de alguns anos de lucros sobre essa dívida criada, especialmente, pelo Plano Marshall (1948-1951).

de substituição àquelas prejudicadas pelo embate, comumente desenvolvidas pela própria sociedade, até mecanismos de continuidade da luta (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

O caso a ser apresentado, do Afeganistão, exige o domínio de vários conceitos para que possa ser abordado em todas as suas nuances. É um caso que se encaixa no debate das “velhas” e “novas guerras” se observado apenas o aspecto econômico de sua sustentação, estabelece uma economia de guerra, por essa ser uma característica inerente aos conflitos, e se trata ainda de uma guerra civil. E, ainda, busca-se argumentar que o Afeganistão oferece espaço para que todas as formas econômicas das “novas guerras” sejam observadas, fazendo-se necessária a caracterização de cada uma.

Antes que seja possível desenvolver o raciocínio teórico, precisa ser feita uma ressalva: quando mencionado “o conflito do Afeganistão”, deve-se compreender todo o período de conflitos constantes nos quais o país está imerso, ou seja, de 1978 a 2021. As abordagens de cada um dos embates que se desenrolaram nesse período serão comentadas posteriormente, mas dado o estado de conflito constante sem de fato alcance da paz, utiliza-se dessa articulação nominal para fins didáticos.

A começar pelo debate entre “velhas” e “novas guerras”, existem diferenciações que caracterizam como velhas guerras aquelas tradicionais nas quais o Estado assume uma posição bem definida, com o poder centralizado e a administração total da economia, normalmente em função da própria guerra, quando se priorizam determinados setores para que sejam supridas as necessidades essenciais da população e, principalmente, as necessidades bélicas das forças armadas (Kaldor, 2012). Nesses cenários, percebe-se uma nação coesa, regida por um Estado forte e bem posicionado. Como exemplo, podem ser citadas as duas guerras mundiais ou mesmo as guerras napoleônicas (Kaldor, 2012).

E na mesma perspectiva, as chamadas “novas guerras” fazem referência a conflitos mais recorrentes após o fim da Guerra Fria, que contam com um funcionamento e estruturação completamente diferentes (Duffield, 2001). Além de não contarem com um Estado forte e tradicional, sendo comumente conflitos entre grupos fragmentados e diversos, a regulação da economia de guerra não pertence a um único ator. Quando se retira a participação principal do Estado no “reger da guerra”, não há uma mobilização popular uniforme, bem como não existe o controle completo de aspectos econômicos para manter o conflito (Kaldor, 2012). Nesses cenários, fazem-se necessários os apoiadores e investidores internacionais, assim como as atividades de captação de renda mais acessíveis à população, como a extração de pedras preciosas diretamente nas minas, o cultivo de uma commodity lucrativa ou outros.

Para a análise aqui proposta, destaca-se o uso do termo “novas guerras” enquanto uma classificação voltada apenas aos aspectos econômicos do conflito. Os demais argumentos apresentados para tal categorização podem se restringir a observações errôneas ou de inviável generalização. Quando se diferem as novas e velhas guerras por meio de suas causas, apoio popular e motivações, tende-se a reduzir a relevância da politização e da coletividade nos novos conflitos, como se esses fossem de alguma forma menos orientados à busca por mudanças de cenários e a suprir as demandas da sociedade que os antigos, colocando em holofote apenas a ideia de lucratividade ou violência desregulada (Kalyvas, 2001).

Sobre esses objetos, não se pode afirmar que a lucratividade privada seja restrita aos novos conflitos, assim como não é possível propor que apenas as antigas guerras contam com causas políticas bem estabelecidas e apoio popular (Kalyvas, 2001). A coletividade, o apoio da sociedade e a politização do conflito podem ser percebidas em casos de guerras civis modernas, e o aspecto da violência não é um indicador confiável como forma de distinção das guerras, visto que todo conflito armado, novo ou velho, é violento (Kalyvas, 2001).

Outros aspectos levantados para a distinção dos conflitos seriam a forma de condução da guerra, centralizada e coordenada pelo Estado nas velhas guerras ou dividida entre facções, senhores da guerra e organizações rebeldes no caso das novas guerras (Kaldor, 2012; Kalyvas, 2001). Essa associação contribui com a ideia de criminalidade ou informalidade das novas guerras e com a inferiorização dos conflitos modernos perante os antigos. Ainda, impede que se compreenda propriamente o funcionamento da forma descentralizada de condução dos conflitos, e atribui à caracterização de senhores da guerra, assim como de rebeldes, uma carga pejorativa ou tendenciosa que subestima a atuação dos mesmos. A depender do contexto local, os senhores da guerra e as organizações rebeldes podem desenvolver sistemas ordenados, estabelecer atividades econômicas e interagir com outros atores nacionais ou internacionais, apesar de o fazerem de formas distintas, para sua própria subsistência, para enriquecimento próprio ou mesmo para assumir uma posição de manutenção da ordem em suas regiões de influência (Kalyvas, 2001).

Uma vez determinada a “periodização” da guerra e os critérios econômicos que a compõem, pode-se compreender quais práticas são viáveis ou não para a manutenção do conflito. É importante entender que essa manutenção não necessariamente é sinônima de “ser beneficiado com o conflito”, mas sim representa a intenção dos grupos envolvidos na disputa de se manterem nela, tentando alcançar a vitória, sem fracassar por não ter sido possível lutar. Chegaremos aos benefícios de um conflito em breve.

As novas guerras, portanto, tem formas não convencionais de se estabelecerem economicamente. Na literatura, essas formas “paralelas” ou alternativas de economia de guerra podem ser divididas em três categorias: “combat economy” (economias de combate); “shadow economy” (economias das sombras), ou “coping economy” (economia de subsistência). A principal diferença está na motivação pela qual essa economia é implementada (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

As “combat economy” são talvez as mais próximas do conceito inicial de economias de guerra. Trata-se de uma forma econômica que busca a sustentação do conflito para buscar a vitória. Comumente praticada por grupos envolvidos diretamente em um dos lados em uma guerra, essa forma econômica tem como fundamento a ideia de captar recursos para convertê-los em poder bélico, bem como enfraquecer os inimigos (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). A noção de “inimigo” é possível graças ao envolvimento direto na luta, e ações costumeiras de economias de combate são a tomada de processos produtivos ou recursos naturais passíveis de exploração para atrair recursos, assim como estratégias que visem impedir a captação de recursos do outro lado (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Um bom exemplo seria a tomada de minas de pedras preciosas das mãos do inimigo, por ser uma atividade que tanto permite a movimentação de recursos e a sustentação de um grupo quanto prejudica o grupo adversário, que agora tem uma fonte de renda a menos.

As “shadow economy” são aquelas que não necessariamente tem inimigos, ao menos não diretos. Se trata de uma forma de economia das novas guerras na qual atividades, principalmente não regulamentadas e ilícitas, são estabelecidas para enriquecimento pessoal (ou do grupo que as pratica). Nesse caso, sim, a manutenção do conflito quer dizer “interesse na durabilidade” da guerra, porque normalmente é o cenário de desestabilidade que abre margem para a atividade em si (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Os interesses econômicos prevalecem sobre qualquer ideologia, identificação ou mesmo sobre a preservação de recursos humanos. Quanto mais tempo durar a guerra, por pior que ela seja, mais tempo para praticar a economia das sombras e enriquecer. Um exemplo possível são os inúmeros casos de vilas em países devastados pelo conflito nas quais cidadãos do próprio país se engajam em atividades como o tráfico de pessoas associado à prostituição, objetivando aproveitar da baixa efetividade do Estado, destruído, para prosperar.

Por fim, a economia de subsistência não visa o enriquecimento e nem a sustentação de guerrilhas como objetivo principal. O grande motivador é a satisfação das necessidades que o Estado não consegue prover (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Normalmente praticadas pela população civil comum, especialmente de baixa renda, que é a primeira prejudicada quando

conflitos desestabilizam a economia nacional, os grandes inimigos dessa forma de economia costumam ser a fome, a miséria e a negligência. Tenta-se manter o funcionamento da vida, usando do capital de atividades corriqueiras e lícitas ou ilegais para garantir o mínimo essencial para a sobrevivência, seja ela própria ou familiar (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Um exemplo são as famílias que se juntam em pequenos grupos para desenvolver atividades da agropecuária, objetivando vender o excedente das colheitas para adquirir produtos essenciais.

Essas três são as categorias desenvolvidas por Michael Pugh para as economias de guerras modernas. Um debate importante, já introduzido pelo autor e que busca ser confirmado nesse trabalho, é o que propõe que essas formas de economia podem acontecer simultaneamente, todas as formas em uma única guerra. Para isso, é preciso que se apresente uma situação na qual o Estado está enfraquecido o suficiente para negligenciar a população e ser incapaz de regulamentar as atividades, bem como de impedir a implementação de práticas ilícitas (Duffield, 2001). Esse tipo de Estado, classificado como “Estado frágil” não tem capacidade de restabelecer a paz. É necessário o suporte de outros grupos, países, organizações ou qualquer entidade que mude o cenário, porque entende-se que:

At best, an inability to transform war economies perpetuates corruption, flawed governance, and tension generated by competing patrimony or ethnic groups, perhaps sustaining gang warfare. At worst, it can store up long-term problems that can lead to recurrence of violent conflict (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a, p.4).

No caso de não ser implementada nenhuma medida de construção da paz, a população mais vulnerável vai continuar dependente de atividades econômicas paralelas, a sociedade vai precisar de mais auxílio internacional e, ainda, pode ser que nem uma intervenção direta por parte de outro Estado consiga reverter os danos a longo prazo de um sistema tão falho (Duffield, 2007). Esse é o caso da maior parte das missões de construção da paz, que priorizam a reestruturação econômica e capitalista, mas não observa com a devida atenção os aspectos sociais que levaram ao desenvolvimento de tantas alternativas econômicas “emergenciais”. Quando são de fato consideradas, as missões de paz vinculadas a uma lógica liberal tendem a focar muito mais na interrupção das economias das sombras do que em fornecer alternativas para que não seja mais necessária a economia de subsistência (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

O grande problema nessa lógica é que, enquanto a população estiver desesperada, ela estará disposta a se engajar em atividades ilícitas, mesmo que seja para receber uma

porcentagem ínfima do lucro do processo, enquanto os líderes das economias das sombras acumulam capital usufruindo de sua força de trabalho (Duffield, 2007). As “atividades político econômicas das margens do capitalismo” ainda são tão predominantes ao menor sinal de desestabilidade ou fragilidade estatal justamente por promoverem aquilo que nenhum outro ator fornece ao povo, como uma alternativa ao paradigma liberal (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Outras considerações que precisam ser feitas sobre as economias de guerras civis modernas são que essas não estão desvinculadas da economia tradicional, afetam e são afetadas pelo contexto regional e estão cada vez mais compostas por guerrilhas do que por exércitos. Primeiramente, as práticas econômicas paralelas podem (e costumam) ter relação com o mercado comum (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). É possível o alcance do mercado consumidor internacional de forma clandestina, sim, mas é igualmente possível que produtos inicialmente produzidos de forma ilícita sejam ofertados como produtos finais em cadeias regulares de comércio, como produções de roupas e tecidos que podem ser confeccionadas com o uso do trabalho infantil mas chegam às lojas de rede no mundo todo. O contrário também é verdadeiro: produtos que iniciam suas linhas de produção de forma regulamentada podem ser adquiridos por grupos que vão utilizá-los para a produção de bens finais ilícitos (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Em segundo lugar, o efeito de “cross-border violence” (violência que cruza fronteiras) que alguns conflitos civis podem estimular levam os impactos de seus desdobramentos para toda a região, disseminando inclusive as atividades de economias de sombras (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Um cenário no qual isso pode ser observado é o do próprio Afeganistão, que não só estabelece uma rede de atividades nas quais o Paquistão participa como ainda foram transmitidos ideais e movimentos, ao ponto de ambos países terem a presença de Talibãs. Por último, os debates de Economia Política do Conflito demonstram que, principalmente a partir dos anos 1990, a maior parte dos conflitos civis não se dá mais no formato “Estado x população” ou entre exércitos treinados (Duffield, 2001). Assim como no caso do conflito afegão, muitos dos conflitos modernos são organizados em guerrilhas, com a participação de grupos paramilitares e milícias, ao exemplo de cenários como os da Colômbia na metade do século XX (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Assim, com os conceitos e debates principais esclarecidos, pode-se observar o histórico afegão para analisar se de fato o país pode ser chamado de economia de guerra, e qual das formas econômicas das novas guerras melhor define a realidade do Afeganistão a partir da Guerra Fria.

1.2 Afeganistão: Um Mosaico Histórico de Conflitos

Para que seja possível a caracterização do Afeganistão como uma economia de guerra no debate das guerras modernas é necessário que seja feita uma breve recapitulação de seu passado. O país, por vezes chamado de “Cemitério de Impérios”, tem estado envolvido em conflitos por décadas, com sua história moldada por rivalidades geopolíticas, conflitos internos e intervenções externas (Brivati, 2022). Desde antes da Guerra Fria até o ressurgimento do Talibã em 2021, o país não conseguiu alcançar um intervalo de estabilidade, e constitui um teatro de guerra no qual as disputas pelo poder e influência não conseguem ser superadas.

Esse contexto conturbado interfere não só no desenvolvimento e reestruturação nacional como também impacta na região, movendo atores diversos que eventualmente apoiam ou enfrentam algum acontecimento ou grupo no território do país. A instabilidade e conflito se tornaram quase o novo *status quo* afegão, perpetuando um ciclo de violência enraizada entre os vários grupos étnicos e religiosos, assim como as crises econômicas que vem enfrentando há vários anos (Coburn, 2011). O país tem ainda uma posição geográfica estratégica entre a Ásia Central e a Ásia do Sul, o que atrai os interesses de países estrangeiros que o enxergam como um acesso a boas rotas de comunicação entre os subcontinentes (Rubin, 2020).

A análise abordada remete ao período da Guerra Fria à 2021, mas por motivos didáticos é necessário regressar um pouco mais na história afegã, de forma breve. O país já possui cenários de estabilidade interna, sendo o último deles o período de 1929 até meados dos anos 70. Nessa época, o governo pertencia a uma única dinastia, e o país recebia suporte externo por já enfrentar dificuldades econômicas, com um comportamento muito concentrado na subsistência, por meio da agropecuária familiar (Brivati, 2022). Esses auxílios externos eram regulados por acordos entre os Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética, que propunham a não intervenção no país e, quando a bipolaridade da Guerra Fria se acentuou, o Afeganistão deveria ser um país “não aliado” a nenhum dos blocos (Rubin, 2020).

É importante destacar que durante essa fase a pobreza era expressiva em território nacional, assim como a baixa urbanização e engajamento social na política, mas não representavam uma instabilidade em si, assim como a pluralidade étnica e religiosa ou a organização tribal da população. A considerada fragilidade do Estado se concentrava em outra dimensão:

Afghanistan's poverty is also important but not because the people are poor and therefore extremist. Multiple studies have shown that extremist ideologies are less likely to gain a following among the poor than among the educated. But because

Afghanistan's economy is poor as a whole, it cannot finance the institutions of governance or meet people's demands (Rubin, 2020; p.47).

Essa perspectiva define então que, mesmo antes dos conflitos de fato se iniciarem, o Afeganistão já era um Estado que não conseguia cumprir com as demandas da população, ou seja, já apresentava altas probabilidades de instabilidade, e fatores como educação, acesso à saúde, e uma boa estruturação das instituições, por serem negligenciados pelo Estado, mesmo se não intencionalmente, já eram suficientes para gerar preocupações ao governo vigente (Crews, 2015). Vale ressaltar, ainda, que existem fatores externos que contribuem e contribuíram com a fragilidade estatal. Esses fatores serão abordados posteriormente por não se limitarem ao levantamento histórico de conflitos proposto nesse capítulo.

Já nas fases mais intensas da Guerra Fria, o país de fato abrigou conflitos armados. Em 1978 foi executado um golpe de estado, quando o Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA) implementa a República Democrática do Afeganistão (DRA) através do uso de forças armadas militarizadas, abrindo precedentes inéditos para que se formassem novos grupos de poder e influência que não as tribos ou dinastias, dando origem às facções (Crews, 2008). Esse novo governo de ideologia comunista foi rapidamente abandonado pelas potências ocidentais que o patrocinavam, passando a depender somente da União Soviética (Rubin, 2020).

A URSS, entretanto, observou que a atuação do partido saiu de controle, se tornando muito extremista, e começaram a aumentar os grupos de resistência. Com medo de que, após a derrota no Irã, os EUA se voltassem ao Afeganistão e alcançassem esses grupos, optou pela invasão do país em dezembro de 1979, derrubando o governo e estabelecendo outro de mesmo alinhamento, porém mais brando (Rubin, 2020). A população não recebeu a invasão estrangeira com bons olhos, e a resistência se fortaleceu e se organizou em grupos rebeldes (Rubin, 2020).

Simultaneamente, os Estados Unidos, acompanhado das potências do bloco capitalista ocidental, bem como pela Arábia Saudita e o Paquistão, interpretavam a presença soviética no país como uma ameaça à sua influência ideológica no Oriente Médio, e desenvolveram diversos programas de financiamento e treinamento à grupos locais que combatiam o comunismo e a presença da União Soviética em território nacional (Rubin, 2020). Também foram desenvolvidos projetos voltados à infraestrutura, como estradas, represas e escolas, que complementavam a dinâmica das “proxy wars⁴” (Crews, 2008). Um dos grupos mais reconhecidos pela comunidade internacional dentre esses financiados eram os mujahidin,

⁴ Guerras por procuração, ou guerras indiretas, ocorre o financiamento ao conflito além fronteiras (Pugh, Cooper e Turner, 2008).

liderados por Ahmad Shah Massoud, que eventualmente foram dissolvidos em outros grupos, no geral fundamentalistas, de variada relevância no país e na região (Rubin, 2020).

A guerra supostamente alcançou seu objetivo principal, que era a retirada das tropas soviéticas, apesar de isso não ter ocorrido com a vitória em combate, mas sim pela eleição de Mikhail Gorbachev na URSS e sua alteração nos planos de política externa do bloco socialista, que desocupou o país em 1989, após 10 anos de intervenção (Crews, 2015). O governo até então estabelecido foi derrubado, após alguns acordos entre as grandes potências envolvidas, e se estabeleceu um governo temporário que seria monitorado pela Missão Especial para o Afeganistão das Nações Unidas (UNSMA) (Rubin, 2020).

O novo governo implementado, entretanto, perdeu o apoio e o financiamento dos EUA, da Organização das Nações Unidas (ONU) e da URSS (que já desaparecia), e se tornou incapaz de arcar com suas próprias despesas. Com o colapso das forças armadas, que não eram pagas, várias facções foram formadas e o governo caiu, não podendo mais comandar nenhuma tropa que impusesse a pacificação (Rubin, 2020). O país se percebeu em um cenário de “vácuo de poder”, que se somava à destruição generalizada, deslocamentos populacionais e morte de civis (Coburn, 2011).

Essa abertura fez com que irrompesse uma guerra civil entre diversos grupos e facções, incluindo alguns formados por antigos mujahidin, que haviam recebido apoio do Ocidente durante a Guerra Soviética-Afegã (Rubin, 2020). O conflito durou de 1992 a 1996, e foi marcado por extrema violência, desrespeito aos direitos humanos e prejuízo imensurável à infraestrutura do país, com escolas sendo convertidas em postos para os militares, estradas destruídas, além de terem se estabelecido precedentes para que se instalassem ideais repressores ou autoritários entre as diversas camadas sociais, que sofriam com a fome e a pobreza (Goodson, 2001).

O surgimento do Talibã enquanto grupo guerrilheiro organizado se deu em 1994, quando o grupo entrou na disputa pela posição de poder, inicialmente apoiado por atores internacionais como o Paquistão (Coburn, 2011). A facção fundamentalista islâmica, predominantemente sunita, assumiu o governo afegão em 1996, quando capturou a capital do país, Cabul, sob a liderança de Mullah Mohammed Omar (Crews, 2008). Nos anos seguintes, o governo, que se esforçava para manter a centralização, pretendia reconstruir as instituições e a estabilidade do país por meio da implementação de diversas medidas políticas, limitadas pelo compromisso do grupo com a manutenção da Sharia⁵, que era interpretada de maneira muito

⁵ Comumente entendida como “lei sagrada do islã”, que pode significar também conduta de vida vinculada às doutrinas da religião (Coburn, 2016).

rígida e sufocava o que se entende como progresso em determinadas áreas da sociedade (Rubin, 2020).

A completa estabilidade nunca foi de fato alcançada, por uma série de motivos. Em primeiro lugar porque a economia do país não cooperava com os planos de reconstrução, muito dispendiosos, e em segundo porque o governo não foi tão duradouro como se pretendia. Após o atentado em 11 de setembro de 2001, os Estados Unidos pediram para que o governo afegão extraditasse Osama bin Laden, considerado o mentor por trás dos ataques (Crews, 2015). O governo priorizou o ideal da Sharia, e se recusou a entregar bin Laden a um país ocidental, propondo que o julgamento acontecesse no próprio Afeganistão ou em outro país islâmico, o que levou os EUA a optar pela invasão do território e derrubada do Talibã (Rubin, 2020).

Ainda em 2001 o país foi invadido pela “Operação Liberdade Duradoura”, iniciada pelos estadunidenses em outubro, e passou por uma nova reestruturação política, com a substituição do governo Talibã para um mais amigável aos próprios estadunidenses, quando se instituiu a liderança de Hamid Karzai (Rubin, 2020). O nome do país foi alterado para República Islâmica do Afeganistão, e apesar da propaganda de pacificação e desenvolvimento praticada pelos EUA, durante os anos em que o Afeganistão esteve ocupado ainda existiam muitos desafios à recuperação e ao remodelo do país, e diversos problemas sociais e econômicos permaneceram (Chossudovsky, 2004). Os grandes investimentos nos setores de reconstrução e de desenvolvimento não foram suficientes para superar questões enraizadas como a pobreza, as altas taxas de analfabetismo, a desigualdade de gênero, rivalidades étnicas e, principalmente, a corrupção e a presença do Talibã, ainda que de forma mais dispersa (Rubin, 2020).

Essa presença foi suficiente para que os EUA aplicassem medidas e estratégias contrárias a movimentos insurgentes, que além de representar um risco à população civil também facilitavam uma possível reintegração. A perseguição aos membros remanescentes, tanto da Al Qaeda quanto do Talibã, durou cerca de 13 anos de forma intensa, e foi marcada por muita violência, ameaças públicas pela fuga de muitos desses procurados para o Paquistão (Rubin, 2020). Em agosto de 2021 os EUA e a OTAN retiraram o que ainda havia de tropas no Afeganistão, em um momento muito conturbado de medo e incertezas que levava a população a procurar refúgio em outros países, e o Talibã retomou o governo do país, que voltou a se chamar Emirado Islâmico do Afeganistão (Chossudovsky, 2004). As tropas da OTAN estavam no território desde 2003, quando foram enviadas como reforços, enquanto a prioridade das tropas americanas se concentrava na invasão do Iraque (Rubin, 2020).

Atualmente, quase três anos após o retorno do Talibã ao poder, os problemas econômicos ainda persistem. O país foi alvo de diversas sanções e boicotes devido à postura

rígida do novo governo, que a comunidade internacional como maioria encara de forma preocupada, com o descumprimento dos Direitos Humanos e o cerceamento dos direitos das mulheres sendo as principais origens dessa preocupação (Brivati, 2022). O governo enfrentou também momentos de crise em sua legitimidade, principalmente nos primeiros dias após a tomada de Cabul, mas esse aspecto pode, hoje, ser considerado encerrado, principalmente com o estabelecimento de parcerias comerciais entre o Afeganistão e outras nações ajudou a legitimar o governo, que foi reconhecido internacionalmente (Brivati, 2022). Entretanto, os problemas estruturais de pobreza, desigualdade, relativa descentralização e profunda crise econômica até o momento não foram superados.

Capítulo 2 - O narcotráfico afegão e o Talibã como fatores independentes

Conforme demonstrado no capítulo anterior, o contexto histórico de economia de guerra afegão possibilitou que se estabelecessem algumas práticas e grupos alternativos à organização tradicional do Estado e suas formas econômicas costumeiras. No presente capítulo serão abordados o surgimento e estabelecimento do grupo Talibã, relacionando aos aspectos já comentados, bem como a implementação do esquema de narcotráfico que se enraizou no país. A articulação entre esses dois temas demonstra como as economias das novas guerras podem ser estabelecidas sobre atividades amplas, que penetram diversas camadas da organização social e servem tanto como enfrentamento a determinado cenário nacional quanto para a manutenção de outro, e as motivações por trás de cada comportamento.

2.1 Breve histórico do Talibã

A fim de estabelecer um contexto do principal ator do narcotráfico no Afeganistão, é necessária uma recapitulação pontual de sua história e seu funcionamento. O Talibã é, conforme mencionado, um grupo fundamentalista islâmico que emergiu como grupo de guerrilha durante a Guerra Civil do Afeganistão. Eles têm uma reconhecida e severa interpretação da Sharia, defendem um governo teocrático e são bastante conservadores (Giustozzi, 2019). A fundação oficial do grupo remete à 1994, quando estudantes (chamados de talib, o que originou o nome do grupo) e ex-combatentes mujahidin se uniram sob o propósito de reorganizar o país para que um governo estável pudesse ser estabelecido, sob a liderança de Mulá Mohammed Omar (Mansfield, 2016). A maior parte dos membros era composta por homens com baixo ou nenhum acesso à educação, de forma geral nascidos em vilas e províncias pobres, sem amparo estatal, por vezes sem energia, postos de saúde e saneamento básico (Rubin, 2020).

No contexto do início dos anos 1990, as reformas que haviam sido estabelecidas pelos governos de alinhamento comunista, tanto o nacional quanto o imposto pela URSS, desagradavam a população mais tradicional, no geral organizada em tribos (Giustozzi, 2019). A guerra civil em nada contribuiu para que a ordem fosse restaurada, levando o grupo, mobilizado em escolas e seminários religiosos (as madrasas), a buscar a implementação tradicional e radical da Sharia, sob a ideia de que seria a única forma possível de se manter o país funcionando como uma unidade (Rubin, 2020).

O grupo, que mais se qualifica como nacionalista do que como missionário, já que não demonstra em momento algum intenções de conquista territorial para além das fronteiras afegãs, se iniciou na província de Candaar. O fato de advirem de uma camada tão baixa da

sociedade favoreceu o Talibã, promovendo uma identificação com a população, que em grande parte começou a apoiar o movimento, sob a promessa de restauração da paz e da segurança (Goodson, 2001). A respeito das motivações principais, tem-se que:

As founding members of the Taliban describe it, their original motivation for banding together in an armed group was to eliminate the warlords and criminals who were looting Kandahar. Their means to doing so was implementation of Sharia. They had no political doctrine other than the implementation of Sharia law, as they understood it [...] they had no intention of ruling, they were going to reestablish law and order, so that someone else could rule, but then found that there was no one else... (Rubin, 2020, p.100-101).

Assim, o Talibã começou sua atuação na própria região de origem, na cidade de Kandahar, capital da província e segunda maior cidade do país. O governo na região era fragmentado, especialmente nas mãos dos referidos senhores da guerra⁶. A ideia inicial do Talibã era de desfazer essa organização precária do Estado, de forma a restaurar a ordem e impor a Sharia, num processo que chamavam de “pacificação” (Mansfield, 2016). O grupo mobilizado logo começou a adquirir armas e se expandir, e ganhou o apoio e visibilidade na medida em que foi avançando sobre locais mal administrados e derrubando os senhores da guerra e as facções criminosas e abusivas com o povo (Rubin, 2020).

Nesse momento inicial também foi estabelecida a parceria com o Paquistão, já que um grupo paquistanês, antigo conhecido e auxiliador dos mujahidin, precisou de auxílio para quebrar um bloqueio imposto nas estradas afegãs (Runion, 2007). Esse auxílio foi prestado pelo Talibã, que tentava desbloquear e garantir a segurança das estradas, e se somou a outros fatores de simpatia entre os vizinhos (Rubin, 2020). Muitas vezes se confundem as origens do Talibã afegão e do Movimento Talibã do Paquistão (TTP), e o segundo passa a ser considerado o “principal” ou o “original”, mas essa interpretação equivocada se deve principalmente à repercussão do Talibã paquistanês ter sido muito superior durante quase todos os anos do século XXI, já que o Talibã afegão estava sendo caçado pela ocupação estadunidense no Afeganistão, o que diminuiu sua autonomia e atividade, levando alguns membros inclusive a cruzarem a fronteira para se estabelecer no Paquistão (Giustozzi, 2019). A parceria foi fundamental porque, durante seu processo de ascensão, o Talibã ainda dependia de investimento externo (Rubin, 2020).

⁶ Chamados “warlords” (jangsalaran, na língua local). Eram líderes que conseguiram consolidar seu poder sobre províncias ou cidades quando o governo central colapsou. A maior parte era ex mujahidin controlavam a terra, a população e os recursos econômicos, com poder institucional e extra institucional (Rubin, 2020, p.149).

Eventualmente o Talibã foi obtendo sucesso em suas campanhas e dominou todo o território afegão, com exceção do Vale do Panjshir, um pouco ao norte de Cabul, que era controlada por um grupo inimigo. Essa expansão territorial seguiu até setembro de 1996, quando a capital nacional foi tomada, e foi estabelecido o Emirado Islâmico do Afeganistão (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Durante esse governo, de 1996 a 2001, houve a imposição de um regime muito autoritário, que defendia a punição daqueles que desrespeitassem a Sharia, mesmo se essa fosse física ou degradante. Os direitos das mulheres foram cerceados de forma muito intensa, a população da comunidade LGBTQIAP+ foi perseguida e foram reguladas práticas como as comemorações, o uso de bebidas alcoólicas, entre outros (Rubin, 2020). O posicionamento do grupo era bastante conservador, e recebeu duras críticas da maior parte da comunidade internacional.

Diversas práticas e estratégias garantiram que o Talibã alcançasse o crescimento, antes e depois da primeira campanha para conquista de Cabul, sejam elas o auxílio financeiro externo ou as práticas econômicas estabelecidas como forma de autossustentação. Em frente ao exemplo de grupos autoritários vizinhos que enfrentaram problemas ou crises devido a complicações econômicas, o grupo tentou sempre manter fontes de renda diversificadas, mas dentre elas destaca-se o narcotráfico e as práticas associadas (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Durante esse primeiro período no poder, o Talibã aplicou tributações ao comércio e à colheita. O grupo tinha a intenção de gerar emprego para a população, mas desde a eclosão da guerra civil houve uma clara substituição nos principais produtos cultivados, do algodão para a papoula, e dos principais produtos exportados, do gás natural para drogas ilícitas, e essa tendência não conseguiu ser superada nos anos de governança do Talibã que antecederam a ocupação (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Quando as tropas americanas invadiram o país em 2001, o Talibã foi criminalizado e classificado como “grupo terrorista”, assim como a Al Qaeda, responsável pelos acontecimentos de 11 de setembro daquele ano (Chossudovsky, 2004). Seus membros foram destituídos do poder e perseguidos, e o pouco controle de informações que o novo governo conseguia levantar informava que a maior parte do grupo havia deixado o país, principalmente rumo ao Paquistão (Rubin, 2020). Apesar disso, nunca houve uma desocupação ou evacuação total, e o Talibã continuava a cumprir um papel de significativa importância no território, principalmente nas áreas rurais mais ao sudeste do país (Mansfield, 2016). O mapa a seguir pode auxiliar na compreensão da proximidade entre essa região, também originária do Talibã, e a fronteira com o Paquistão.

Figura 1 - Mapa do Afeganistão e proximidades



Fonte: CIA, 2009. Edição própria.

Já durante os 20 anos de ocupação que se seguiram, uma vez banidos do governo, o Talibã realizou uma série de atividades como ataques contra as forças estrangeiras no país, o roubo de comboios de missões de paz, organizações de fugas em massa de membros do grupo aprisionados em Kandahar (2011) e outras (CNN, 2021). Todas essas atividades necessitavam de recursos e orçamento. Apesar de o grupo estar dividido em várias células e praticar um combate clássico de guerrilhas, de forma dispersa, camuflada em meio à população, ainda era preciso garantir a manutenção desses guerrilheiros, bem como providenciar armamentos e transporte (Giustozzi, 2019). Para que o Talibã conseguisse se manter, especialmente de forma discreta, eram necessárias atividades econômicas de alto lucro e pouca regulamentação. O maior destaque dentre essas atividades se dá à produção e tráfico de ópio e derivados, sendo especialmente lucrativo o contrabando, mas atividades como extorsão de empresas,

Organizações Não-Governamentais (ONGs) e civis da alta classe social afegã também eram praticadas, além do envolvimento do grupo com a mineração ilegal de pedras preciosas ou a extração ilegal de talco em minas no norte do país (Azami, 2023).

Dentre as diversas ações do grupo no período de 2001 a 2021, existem algumas que podem ser destacadas: o Talibã assumiu responsabilidade pela fuga de vários prisioneiros de uma prisão em Kandahar, utilizando um túnel, em 2011; no mesmo ano também foi assumida a autoria do ataque a uma base de forças estrangeiras em Wardak, que culminou na morte de 79 pessoas, sendo 77 desses combatentes estrangeiros, através da explosão de um caminhão bomba; ainda em 2011, manifestantes do Talibã ateiam fogo à embaixada dos EUA e à sede da Força Internacional de Apoio à Segurança (ISAF), deixando quatro mortos; em 2012 é executado um atentado suicida à base da ISAF no aeroporto de Jalalabad; em 2017 o grupo atacou uma base do exército nacional ao norte do país; e, em 2018, uma ambulância carregada de explosivos é detonada em Cabul (CNN, 2021). Essas foram apenas algumas das ações assumidas pelo grupo no período de presença estrangeira, sendo que a catalogação de todas as atividades e a contagem de vítimas são incertas, já que algumas não foram assumidas pelo grupo e podem ter sido provocadas por outros atores na região, como o Estado Islâmico (ISI) ou o Estado Islâmico Khorasan (ISI-K) (CNN, 2021).

Com o fim da ocupação pelos Estados Unidos e a retirada de tropas estrangeiras do país, o Talibã, que vinha se fortalecendo ao longo dos últimos anos e especialmente desde 2020, retomou o controle do território e algumas práticas foram alteradas, já que em posição de governo o grupo tem acesso mais facilitado a recursos e a atividades rentáveis. O grupo hoje controla setores como o energético e o de mineração (BBC, 2021). O cenário interno presenciou a manutenção do faccionalismo, com grupos de líderes a favor de um governo mais moderado (EUAA, 2023). Apesar dos debates sobre os direitos das mulheres e o extremismo do grupo, entende-se que:

Following the Taliban takeover, the number of security incidents reported in the country decreased significantly, and confrontations were generally limited to areas where resistance groups formed and operated and where the ISKP was active (EUAA, 2023, p.42).

Além das discussões acerca dos direitos humanos, também comenta-se o posicionamento do Talibã perante assuntos como o consumo de álcool e drogas. Em 2022 foi criminalizado o cultivo de papoulas, usadas na produção de opioides, e foi estabelecida uma punição para os agricultores que seguissem com a prática já que, de acordo com o Talibã, a

produção ou o uso de drogas não condiz com a postura individual que dita a Sharia (EUAA, 2023; Rubin, 2020). Foram proibidos também a produção, o uso ou o transporte de outras drogas, como bebidas alcoólicas, heroína e maquiagem, e a população dependente de químicos está sendo recolhidos pelo governo e enviados para reabilitação (EUAA, 2023).

Por fim, abordando os relacionamentos entre o Talibã e atores regionais ou mundiais para além do Paquistão, já mencionado, o grupo encontrou apoio oficial e extraoficial de países como a Arábia Saudita e os chamados Países do Golfo, que apoiaram os mujahidin e continuaram financiando o Talibã (Rubin, 2020). Outras nações como a China e a Rússia também mantiveram relações oscilantes com o grupo, principalmente por seus interesses em investir no Afeganistão, apesar de publicamente pregarem a estabilidade e o antiterrorismo (EUAA, 2023). O Irã, outro país vizinho, apoiou os mujahidin e, quanto ao grupo Talibã, teve tanto momentos de cooperação como de afastamento. Já os EUA, como demonstrado, apoiaram os mujahidin mas condenaram e perseguiram o Talibã após o episódio de abrigo da Al Qaeda. Juntamente com a ONU e a maior parte da comunidade internacional, ao menos da parte ocidental, iniciaram uma campanha de desaprovação ao Talibã, embasada em preocupações sobre os direitos humanos e sobre as atividades extremistas do grupo (Rubin, 2020).

2.2 Contextualizando o narcotráfico no Afeganistão

As atividades relacionadas hoje ao narcotráfico afegão já existiam no território do país muito antes do que se imagina. Desde a época dos grandes impérios a papoula era cultivada, de forma lícita, para a produção do ópio, que seria então comercializado principalmente com finalidades medicinais (Rubin, 2020). As técnicas de plantio, cultivo e colheita da papoula foram aperfeiçoadas ao longo dos séculos, muito antes de qualquer grupo de guerrilha moderno se estabelecer na região (Mansfield, 2016).

Apesar de que o cultivo da planta seja associado então à história mais antiga do país, foi no século XX que a produção de papoulas e ópio chamou a atenção. Até a década de 1940 o plantio da papoula era regulamentado por licenças emitidas pelo Estado, e o comércio desse bem era uma fonte de renda importante para o país (Mansfield, 2016). Com o crescimento demasiadamente acelerado dessa produção, e com o início do cultivo ilegal, a prática foi proibida. Apesar disso, a atividade nunca foi abandonada, chegando a se intensificar tanto nas décadas seguintes que o Órgão Internacional de Controle de Entorpecentes (INCB) acusou o

Afeganistão de não conseguir conter a produção e comercialização de ópio e derivados em seu território (Rubin, 2020).

O clima afegão era propício para o cultivo das papoulas, tendo bastante chuva e temperaturas que variam do quente ao frio sem atingir grandes extremos (Mansfield, 2016). O detalhe é que essas características também eram muito favoráveis para o plantio de outros produtos, como damascos, uvas, plantas usadas como temperos e outras, e essas atividades além de lícitas eram muito lucrativas (Rubin, 2020).

O cultivo da papoula se somava ao desses vários outros produtos agrícolas, que eram a base da economia afegã. O que proporcionou que a plantação dessa flor se expandisse tão intensamente como observado na segunda metade do século XX foi uma soma de fatores, como a queda no cultivo da planta nos antigos produtores principais e as condições políticas e econômicas do país, como dito em:

With the suppression of poppy cultivation in Turkey, Iran, and Pakistan, traffickers were looking for new sources of supply, and the collapse of the state in Afghanistan created just what they needed: an agricultural area capable of producing opium poppy where it was extremely cheap and safe to operate an illegal business (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a; p.88-89).

Somada à abertura que o Afeganistão encarava perante o mercado de ópio e derivados, o início dos conflitos contribuiu para que as demais colheitas fossem cada vez mais substituídas pela plantação de papoula. Em 1978, com o golpe de Estado do PDPA, muitas plantações foram destruídas, aumentando o preço geral dos alimentos no país devido à inflação de uma procura muito superior à oferta (Shahzad, 2011). A população, que já era em maior parte pobre, enfrentou uma crise muito intensa, que foi ainda agravada com a seguinte invasão da URSS e a guerra soviética-afegã (Rubin, 2020).

Os conflitos empurraram a população para as cidades, pois nas zonas rurais não existia nenhuma segurança. Esse foi um momento marcante na história do país por se tratar de uma urbanização muito rápida e pouco organizada. As cidades eram incapazes de atender aos cidadãos que chegavam, e o povo afegão afundou em fome e miséria (Rubin, 2020). A salvação, para a maior parte das famílias que não conseguiram deixar o campo, foi a agricultura, e o cultivo da papoula ganhou prioridade sobre os demais produtos por se tratar de uma planta de baixo custo, que não demandaria grande investimento inicial, rápido desenvolvimento e grande resistência a condições adversas, que representava menos risco aos agricultores (Mansfield,

2016). Existe também a importante observação de que a demanda por ópio e derivados no mercado clandestino é sempre garantida.

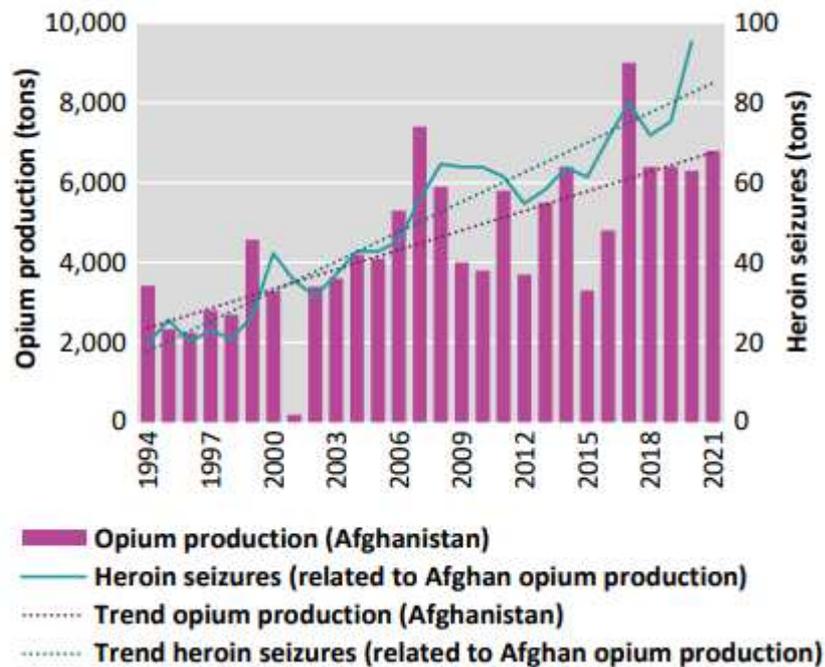
Foi nesse cenário que o Afeganistão se tornou um dos maiores produtores de papoula no mundo, graças à impossibilidade de um desenvolvimento econômico profundo ou estável em qualquer outra área. Originalmente, o país era um grande fornecedor de ópio em sua forma mais bruta, vendendo como matéria prima para países que conseguiam processar o ópio para fabricar morfina e outros, principalmente países próximos e com fronteiras fluidas, como o Paquistão (Rubin, 2020). Ao final da década de 1970, já existiam plantações de papoulas em mais da metade dos estados afegãos (Rubin, 2020, p.50). Não existiam grandes laboratórios de manipulação do ópio no Afeganistão até que, mais ao final da guerra contra as tropas soviéticas, alguns ex-combatentes mujahidin estabelecessem controle sobre áreas de produção, na década de 1980 (Rubin, 2020).

A partir desse envolvimento maciço no comércio de ópio, o Afeganistão se tornou o líder mundial na produção da commodity, com poucas oportunidades de trabalho, o que colocava a mão de obra, geralmente pouco qualificada e em excesso, portanto, barata, à disposição da prática (Giustozzi, 2019). O fluxo financeiro que acompanhava a entrada do país no mercado clandestino internacional era utilizado tanto para financiamento direto de grupos de guerrilha ou chegavam até esses através da taxaço e extorsão de agricultores (Rubin, 2020). A economia afegã era, ainda, baseada na agricultura, mas não apenas para a subsistência familiar. As plantações eram usadas tanto para a manutenção das famílias quanto para a sustentação dos grupos armados que combatiam na guerra civil, através do plantio quase exclusivo de ópio (Rubin, 2020).

O Talibã, em 1994 estabelecido em Kandahar, foi (e ainda é) um importante ator na história do narcotráfico afegão, apesar de já estar claro que não foi o pioneiro. Durante seu processo de expansão até a conquista de Cabul, o grupo foi conquistando áreas que, por vezes, continham grandes espaços de cultivo de papoulas, especialmente nos territórios ao sudeste do país, que continham aproximadamente 56% de toda a plantação de papoulas em território nacional (Rubin, 2020, p.121). Essas são as regiões conhecidas como principais no cultivo da planta, até os dias atuais.

A ascensão do grupo teve reflexos perceptíveis no funcionamento do narcotráfico afegão. Nos primeiros anos, graças ao novo controle mais efetivo das estradas e rotas comerciais do país, era mais seguro e prático transportar cargas de ópio, quer em estado bruto, recém recolhido das vagens de papoulas, ou já em forma de morfina ou heroína. Isso é demonstrado no seguinte gráfico:

Gráfico 1 - História da produção de ópio no Afeganistão em toneladas (1994-2021)



Fonte: UNODC, 2023.

É importante chamar a atenção para a brusca queda (quase aniquilação) da produção de ópio no período aproximado de 2001, acompanhado de um pico nas apreensões, especialmente de heroína. Nota-se também que nesse ponto estimado do gráfico, a linha tracejada que representa a tendência das apreensões de ópio no país supera a que representa a da previsão de produção da commodity. Isso pode ser justificado pela proibição que o Talibã estabeleceu ao cultivo de ópio em julho do ano 2000 (Rubin, 2020).

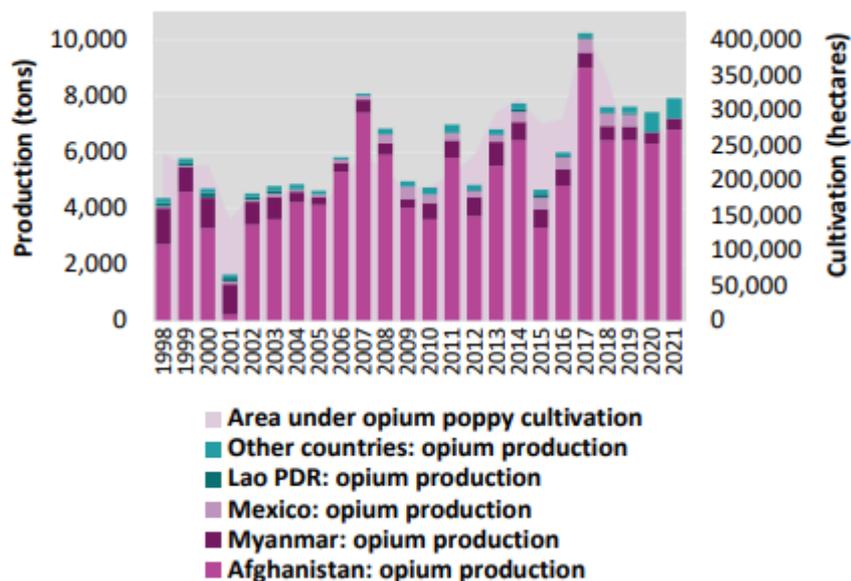
Essa proibição foi motivada por fatores religiosos, já que interpretaram que a produção e o uso de drogas não condiziam com a Sharia, sendo práticas que ofendiam a Allah (Mansfield, 2016). Apesar da proibição no cultivo, a comercialização e o contrabando de ópio ou das drogas derivadas manteve-se permitida, o que explica a movimentação de drogas suficientes no território para que, mesmo com pouca produção, houvesse muitas apreensões, afinal o país é todo cruzado por rotas comerciais importantes, sejam elas usadas para produtos lícitos ou não (Rubin, 2020).

A efetividade dessa proibição se deve ao fato de que o grupo alternou estratégias para desmobilizar a atividade. Foram estabelecidas punições àqueles que descumprissem a norma, mas também foram oferecidas alternativas àqueles que se propusessem a aceitá-la, seja através de compensações ou de assistência, buscando evitar que a população fosse ainda mais

prejudicada e a norma, inviável, já que até então os narcóticos eram base essencial da economia afegã, juntamente com a indústria de guerra (Shahzad, 2011; Rubin, 2020, p.214).

No gráfico abaixo pode ser observada novamente a grande queda na produção de ópio no ano seguinte ao da proibição no Afeganistão. Nota-se também que, com exceção desse ano, o país é o principal produtor de papoulas no mundo, seguido pelo Myanmar, após uma esmagadora diferença.

Gráfico 2 - Histórico do cultivo de papoulas de ópio nos principais países produtores



Fonte: UNODC, 2023.

Também se percebe, em ambos gráficos, um aumento na produção do insumo após a ocupação do Afeganistão em 2001, com as quantidades quase constantemente superiores às do período da guerra civil ou do governo Talibã. Uma possível explicação é que, enquanto dominado pelos EUA, o país esteve mais aberto à globalização e às tecnologias ocidentais. Rubin comenta que “tecnologias como painéis solares, telefones móveis e transporte” se somavam ao “pouco controle do governo sobre o território”, favorecendo a propagação do mercado de ópio como uma alternativa à negligência e fragilidade estatal (Rubin, 2020, p.228). Outra possibilidade é que os problemas encontrados no Afeganistão antes da ocupação, que levaram o país a optar pelo tráfico em primeiro lugar, se mantiveram mesmo depois de todos esses anos (Rubin, 2020).

2.3 O narcotráfico mundial e afegão

Conforme demonstrado, o cultivo da papoula e a extração de ópio não são práticas recentes no Afeganistão. Apesar disso, o aumento cada vez mais expressivo no consumo de drogas ilícitas faz com que a comunidade internacional se atente ao descontrole dessas atividades primárias, principalmente em casos como o do ópio, no qual a produção não pode ser extinguida completamente por ser matéria prima também de importantes drogas de uso medicinal.

Na conjuntura afegã, sabe-se que até a virada do século as economias rurais eram predominantes, em um país pouco urbanizado e dependente da agropecuária. Devido à debilidade estatal, levantamentos de dados dificilmente eram feitos, e as regiões mais afastadas das grandes cidades eram as menos conhecidas, com seu padrão de funcionamento econômico em quase nada influenciado pela administração central do país. Isso criou certa blindagem para que essa parcela do país se organizasse da forma como fosse possível, sem necessariamente seguir formas tradicionais de economia (Rubin, 2020).

Em cenários de conflito extenso, normalmente a infraestrutura nacional já está comprometida ao ponto que qualquer possível estabilização, ou novo governo, encontra obstáculos tão difíceis de serem superados que impedem que aquilo que não está à vista seja lembrado. Esse é o caso afegão, mas não apenas na primeira ascensão do Talibã ou durante a ocupação dos EUA. Segundo dados levantados pela Agência Central de Inteligência (CIA), em 2023 a população urbanizada do Afeganistão correspondia apenas a 26,9% da população total. Da parcela restante, ainda rural, quase metade não tem acesso a saneamento básico e sistemas de coleta desenvolvidos (CIA, 2023).

Esses dados não são esperados de um país que passou 20 anos ocupado sob a justificativa de “pacificação e desenvolvimento”, e vem na contramão de qualquer tentativa de alteração de paradigmas. A população afegã é ainda hoje, maioritariamente pobre, não escolarizada e dependente do setor agrícola (CIA, 2023). Faltam empregos formais nas grandes cidades, boa parte da população adulta sofre com sequelas das lutas e ataques (por vezes, físicas) e o governo estabelecido até 2021 não tinha o apoio da sociedade, que além de não se identificar com as representações, ainda se via negligenciada por governantes corruptos e instituições fracas (Rubin, 2020).

Sendo assim, durante a fase da ocupação o país não deixou de ser uma economia de guerra, e não alcançou estabilidade suficiente para mudar os comportamentos econômicos da

sociedade. Quando se observa o aumento na produção e comercialização de ópio e derivados a partir de 2002, que se manteve em crescimento por boa parte do século XX, percebe-se que:

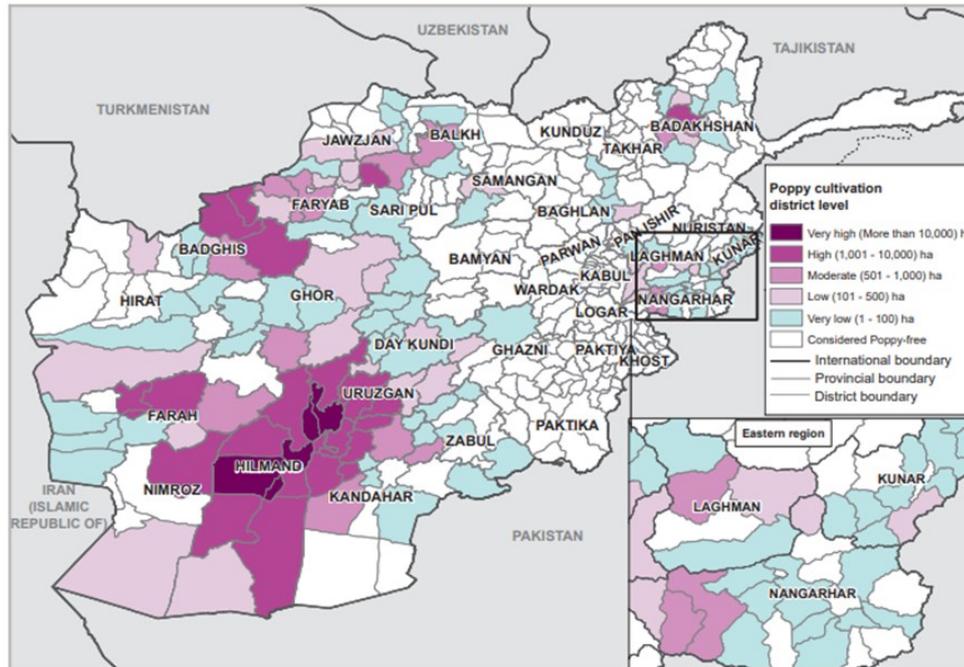
As the conditions of state fragmentation, external interference, and extreme underdevelopment that gave rise to Afghanistan's war economy remain, so too do powerful incentives to resist current efforts at building peace through the centralization of political authority (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a; p. 49).

Além de não existirem grandes incentivos para a erradicação da prática, seu combate direto e obrigatório nem sempre é eficaz. Os Estados Unidos gastaram mais de US\$8 bilhões entre 2002 e 2017 em programas de erradicação de plantações de papoula e bombardeios aéreos contra laboratórios de refino (CNN, 2023). Isso não só não foi suficiente para minar a atividade como, conforme o gráfico 1, ela foi intensificada a partir de 2017.

A respeito dessa expansão da atividade, destaca-se que foi simultânea aos anos de maior fortalecimento do Talibã na segunda década do século XXI, e existe a observação de que não foram episódios desvinculados. Conforme apresentado, o Talibã se concentrava principalmente nos arredores de sua província natal, Kandahar, durante os 20 anos de ilegalidade. De acordo com o mapa a seguir, as concentrações de plantações de papoula também apresentam um padrão.

Conforme pode ser visualizado, a região ao sul do país, próxima de Kandahar (Hilmand) é uma das mais intensas no cultivo de papoula (roxo escuro), e está cercada por regiões de segunda maior concentração (roxo claro). Sendo o Talibã um grupo insurgente que, conforme mencionado, era bastante ativo, a posição estratégica próxima aos maiores campos de cultivo de papoulas, bem como à fronteira porosa do país com o Paquistão, favorece que o grupo tenha acessado o narcotráfico como atividade principal de sua economia de combate. O papel do Talibã no narcotráfico afegão abrange diversas partes do processo produtivo, e será detalhado posteriormente. Nessa região são empregados milhares de produtores, que não só resistem às imposições do governo central como dependem da atividade ilícita para escapar da miséria (Azami, 2023).

Figura 2 - Cultivo de papoula por distrito no Afeganistão em 2023



Fonte: UNODC, 2023.

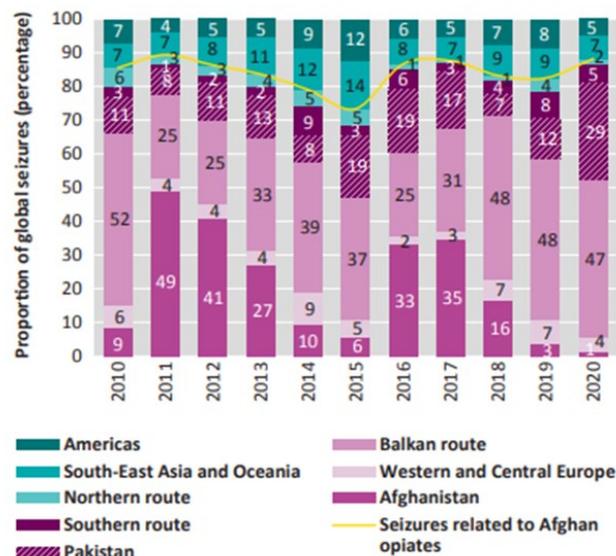
O ponto chave a ser observado é a relação direta que o narcotráfico no Afeganistão estabelece com a pobreza da população. O maior destaque do país é no cultivo das papoulas, não na refinaria da morfina ou em outra atividade laboratorial. O cultivo depende de mão de obra, em grande quantidade, e o alto lucro está atrelado ao baixo custo, ou seja, em um país onde a maior parte da população precisa escolher entre alimentação e o boicote ao tráfico, sendo essa população ainda muito pouco qualificada, o comércio ilegal de ópio e derivados encontrou o solo mais fértil para se instalar (CNN, 2023).

A fragilidade do Estado é um fator causador de tamanho desamparo social e, portanto, de toda a conjuntura, mas também é um empecilho a uma possível mudança de cenário. A precariedade do Estado também impede que, já que não existem grandes incentivos ao fim do tráfico, sejam criados grandes obstáculos à sua continuidade, enquanto a alta demanda mundial pelos produtos ilícitos em questão é um grande incentivo. O Afeganistão pré-retorno do Talibã não era capaz de estabelecer uma vigilância e restrições efetivas, e a prática não tinha, então, riscos suficientes que justificassem o abandono de sua lucratividade. Observe no gráfico abaixo que, apesar de nos anos 2010-2020 a produção de ópio ter sido crescente, a proporção que era apreendida não foi, tendo inclusive um período de queda muito intenso.

Ademais, as alterações no quadro referentes ao período do governo Talibã (2021-hoje) não parecem ser muito expressivas. Os mapas a seguir, todos produzidos pela UNODC em 2023, ainda destacam o Afeganistão como, respectivamente, um dos maiores fornecedores de cargas de ópio e derivados no mundo (azul escuro), como confirmam que, mesmo se outras drogas estiverem sendo produzidas, como é o caso da metanfetamina, o ópio ainda é a principal substância ilícita (quando não para uso médico) no país.

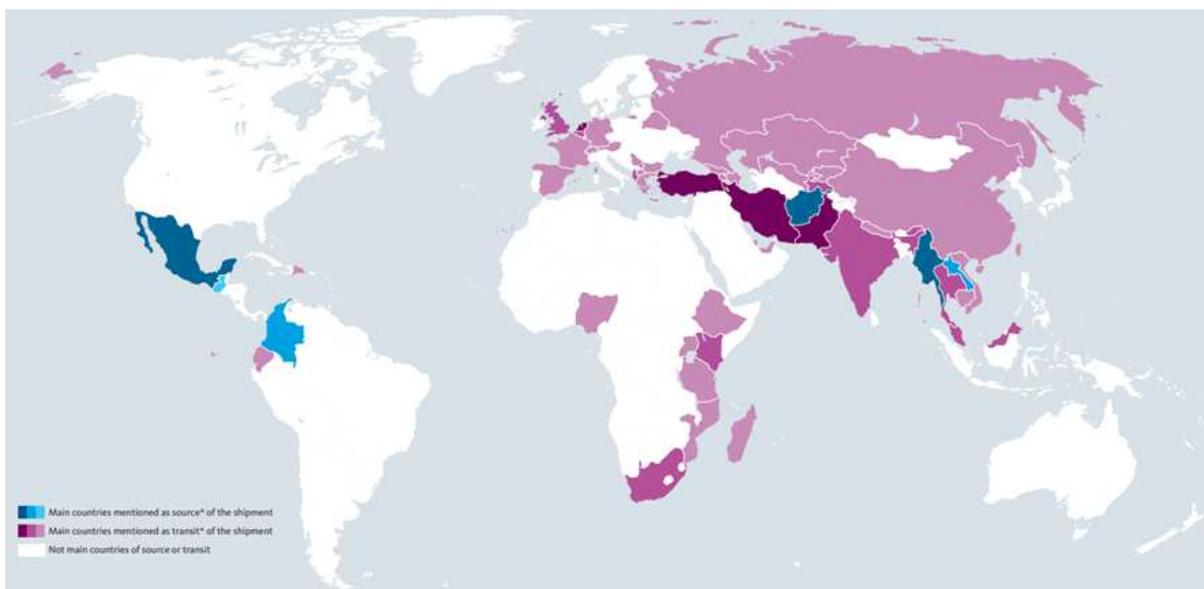
Por último, na figura 5, são demonstrados os principais destinos da produção dos maiores produtores de ópio e derivados no mundo. Nesse caso, é importante ressaltar que a circulação do ópio dentro da própria região “sul-asiática” (onde a literatura aloca o Afeganistão) representa um grande consumo local. Esse consumo pode ser acompanhado por problemas como dependência química e overdoses, além do aumento no número de casos de infecções por doenças como AIDS (já que uma das drogas derivadas do ópio, a heroína, precisa ser injetada por agulhas para consumo) (UNODC, 2023). A repercussão das commodities internamente à região também pode significar que o que é cultivado em um país está sendo refinado no país vizinho, já que a região também é a principal manipuladora de ópio no mundo (UNODC, 2023).

Gráfico 3 - Proporção de apreensões globais de ópio, em porcentagem



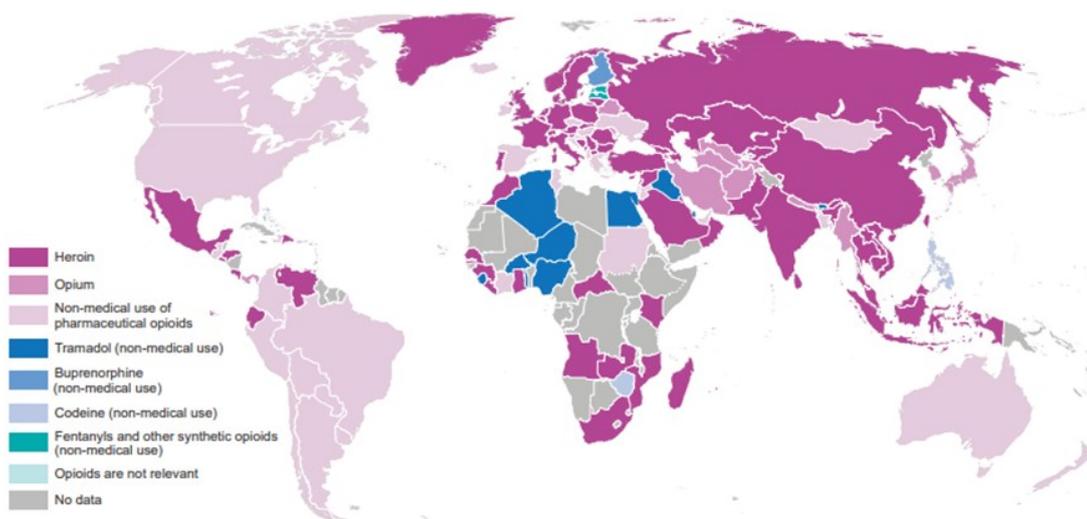
Fonte: UNODC, 2023.

Figura 3 - Principais países fornecedores (azul) e de tráfico (roxo) de ópio e derivados



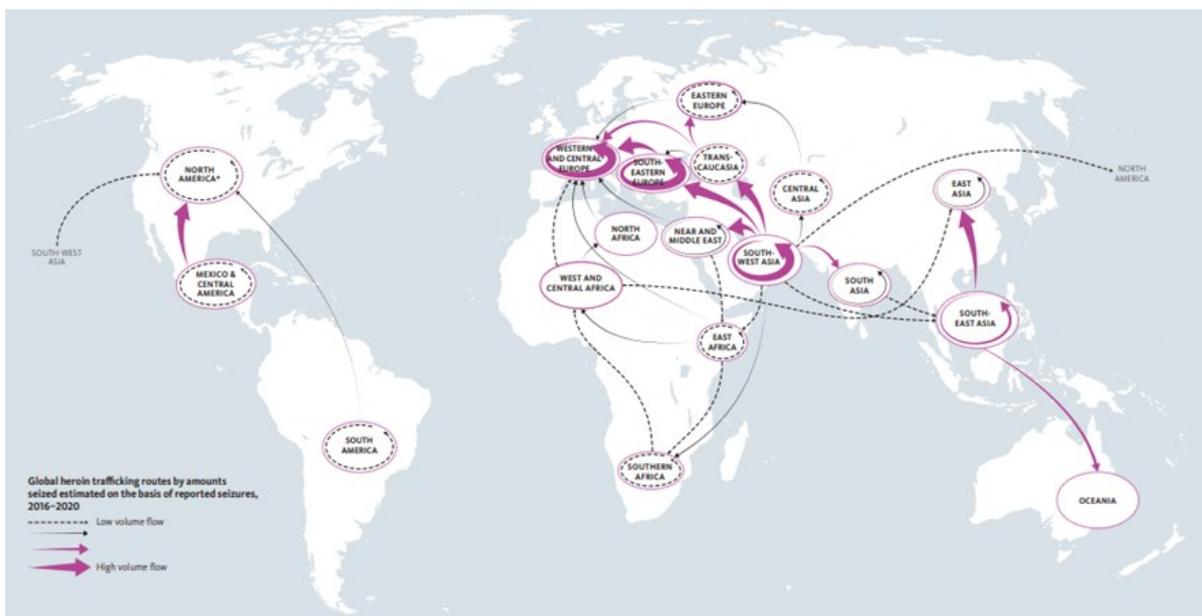
Fonte: UNODC, 2023.

Figura 4 - Principais substâncias ilícitas por país em 2023



Fonte: UNODC, 2023.

Figura 5 - Principais rotas do ópio em 2023



Fonte: UNODC, 2023.

Capítulo 3 – Análise e interpretações

Após a contextualização teórica e histórica do recorte temático, são possíveis algumas análises. Esse capítulo utiliza dados empíricos e da retomada bibliográfica para demonstrar as justificativas pelas quais o Afeganistão é considerado uma economia de guerra, e o foi mesmo durante a ocupação. Também pretende-se demonstrar como as formas de economia das novas guerras podem ser congruentes, com uma única prática mobilizando todos os grupos sociais por diferentes motivos, cada um em uma das categorias estabelecidas por Pugh.

3.1 Atuação da sociedade e do Talibã no narcotráfico afegão

Conforme já foi apresentado, o Afeganistão enfrenta há décadas um cenário de instabilidade política e econômica. Nesse cenário, se desenvolveram atividades econômicas paralelas em substituição às tradicionais, que seriam desenvolvidas se o país passasse por um processo efetivo de estabilização e reestruturação. Dentre tais atividades, a mais marcante, e aqui abordada, é o tráfico de drogas. Contudo, precisam ser feitas algumas considerações para que a análise possa ser compreendida em amplo espectro.

Observando primeiramente a forma de economia de nova guerra do país, vê-se a compreensão das atividades de economia das sombras, de combate e de subsistência em uma única prática. Isso se dá porque o processo aqui abordado como tráfico de drogas se divide, na prática, em distintas etapas. A primeira delas seria a plantação das papoulas, que é em maior parte exercida pela população civil, agricultores e famílias que foram deslocadas pelos conflitos (Azami, 2023). Por precisarem de solo seco e muita luz solar, essas plantações costumam ser ao ar livre, e as épocas de primavera e verão são as mais produtivas (UNODC, 2023). O cuidado com as plantações e a colheita também é realizado, via de regra, pela mesma parcela da população. Todo esse processo pode ser manual, em regiões nas quais os agricultores possuem menos recursos, mas no geral opta-se pela mecanização pela tendência dessas plantações de serem bastante extensas (Azami, 2023).

Em alguns casos, é necessária a ajuda de algum outro ator para que se torne possível arcar com os gastos do cultivo e colheita. Não é incomum que os agricultores recorram a investimentos e empréstimos, que podem ser pagos em dinheiro ou em parcelas da produção. Também existem casos nos quais essas pessoas são obrigadas a pagar taxas e impostos sobre o uso da terra, quando algum senhor da guerra local determina, ou mesmo quando algum grupo rebelde se apropria da região (Azami, 2023). A extorsão de agricultores é prática comum desde a etapa produtiva.

Existe a necessidade de transporte, seja das papoulas, de ópio ou do produto final a partir dele elaborado. Em um cenário no qual as estradas não são regulamentadas por nenhuma entidade governamental eficiente, essas se tornam deterioradas e vulneráveis (Mansfield, 2016). Tanto no aspecto de manutenção das estradas quanto no de proteção dos veículos que as cruzam existe a atuação de outros atores, novamente, sendo esses grupos rebeldes ou grupos destacados pelos senhores da guerra para a patrulha das rotas. Não se elimina a possibilidade de cobrança de taxas e impostos pela circulação, assim como não se pode eliminar completamente a possibilidade de ataque aos veículos para apropriação da carga, ou para a apreensão dos mesmos, que permite a cobrança de propina em troca de sua devolução (Azami, 2023).

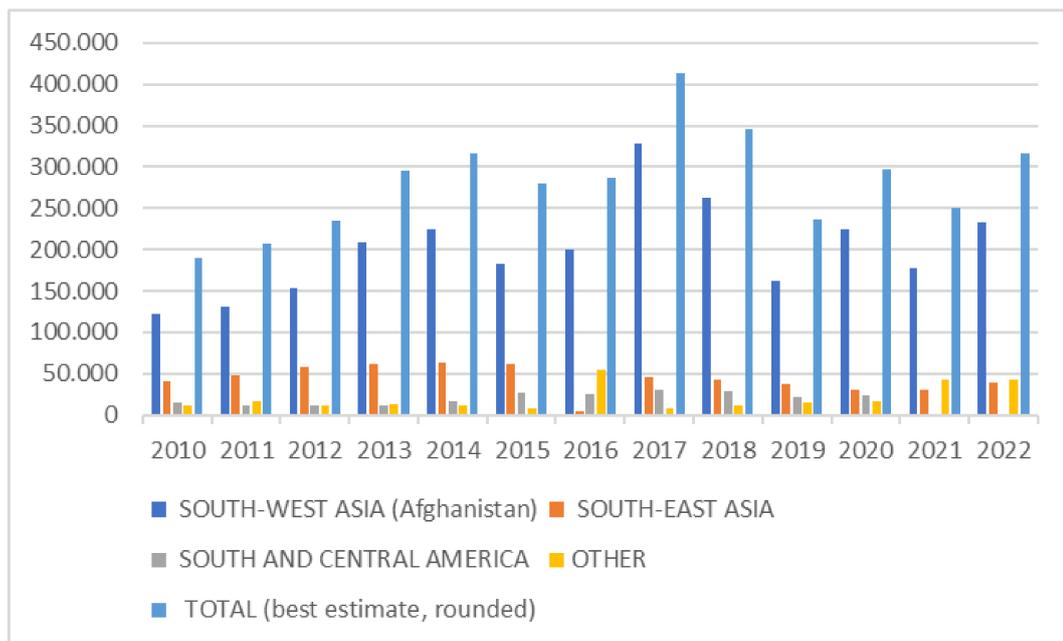
Também é preciso processar o ópio bruto após sua extração. Existe a possibilidade de se comercializar o ópio em seu estágio puro, mas também são estabelecidos os chamados laboratórios, nos quais pode-se converter o ópio em morfina, em heroína, e nos quais são produzidos outros opioides (UNODC, 2023). Com diferentes níveis tecnológicos e de sofisticação, a etapa laboratorial não atinge amplamente a população, sendo mais restrita, além de mais lucrativa. Pode ser executada pelos próprios comerciantes do produto final ou por receptores que vendem esses produtos àqueles que conseguem comercializá-los.

Por fim, existe o escoamento do produto final (seja ópio puro ou derivados). Apesar do destaque à exportação, é importante enfatizar que existe comercialização nacional. Assim como em qualquer outro lugar, o Afeganistão tem dependentes químicos que movimentam internamente o fluxo de drogas, sejam essas ilícitas ou medicinais sem regulamentação (UNODC, 2023). Isso faz com que o Afeganistão, além de exportar grandes quantidades de opioides, também importe de outros países, como acontece com a maior parte dos commodities nas economias regulares (UNODC, 2023). Também é importante mencionar que o país não produz e nem consome apenas narcóticos derivados do ópio, esse foi apenas um recorte didático do trabalho, já que é a principal movimentação no mercado nacional e de exportação de drogas ilícitas afegãs.

Todo esse processo ocorre de forma relativamente similar em todos os locais do mundo que se destinam à plantação de papoulas para extração do ópio (UNODC, 2023). O que torna o caso afegão específico são os senhores da guerra e os grupos rebeldes específicos que participam da atividade. Em termos de produtividade, o que destaca o Afeganistão são fatores climáticos que favorecem o plantio, conforme mencionado, e a ausência de estruturas estatais e organizações que regulamentem e fiscalizem a atividade, sendo mais fácil produzir, e mais difícil conter o tráfico, mesmo que existam forças destinadas à apreensão de drogas, como existiam durante a ocupação estadunidense.

Essa produtividade em nada é independente do cenário internacional, haja vista o funcionamento de qualquer mercado, que depende da demanda. Essa demanda se mostra constante quando se observa a produção ininterrupta da papoula, do ópio e dos derivados, conforme os dados de processamento do ópio no capítulo anterior e o gráfico abaixo. Apesar de ser o maior produtor atualmente, o Afeganistão não foi o pioneiro na atividade, e sua ausência nesse cenário não necessariamente implicaria na diminuição da demanda na Ásia ou Europa, principais destinos desses produtos. O caso europeu é ainda mais esclarecedor quando se observa que é o maior destino não só da produção afegã, mas de forma geral (vide figura 5).

Gráfico 4 - Área de cultivo de papoulas por região mundial (hectares)



Fonte: UNODC, 2023. Elaboração própria.

No gráfico é possível perceber que a região “South-West Asia” (Sudeste asiático) está constantemente representada como a maior produção regional, e também próxima ao valor do cultivo total, demonstrando que a margem de diferença entre essa e as demais regiões é significativa. A colocação do Afeganistão como representante da região foi estabelecida pela própria fonte de dados, sendo mantida no gráfico. Não deve ser compreendido que esse é o único país produtor, mas sim o principal, além de ser possível entender que o levantamento de dados sobre a região foi mais restrito ao país. Nos intervalos em que alguma das regiões ou a soma total não são representados, não foram fornecidos dados. Com exceção desses momentos, as demais regiões parecem acompanhar, no geral, a mesma tendência que o Afeganistão

(proporcionalmente), o que reforça a ideia de que a demanda mantém o fluxo de narcóticos derivados do ópio, não dependendo do país para existir e estimulando outros atores.

Sobre a atuação do Talibã, reforça-se que o grupo não foi o responsável pelo desenvolvimento da prática, apenas se aproveitou dela. Até os dias atuais, o Talibã não é sequer o único grupo rebelde que se beneficia da atividade ilícita, existindo também núcleos do Talibã Paquistanês, do Estado Islâmico e antigos agrupados da Al Qaeda envolvidos a alguma das etapas do processo produtivo, em algum momento na história da atividade (Byman, 2015). Considera-se mais comum que esse envolvimento ocorra de forma mais desarticulada ou desorganizada, através do ataque aos comboios ou de forma indireta, com a extorsão e exigência de propinas sobre os agricultores.

O Talibã pode ser considerado como um grupo que participa de todas as etapas. Em momentos como em seu primeiro governo, antes da proibição da prática, o grupo conseguia acesso a laboratórios, estradas, aeroportos, campos e qualquer outra área pela qual o tráfico se manifeste, seja direta ou indiretamente como através do recolhimento de impostos da população, incluindo os agricultores (Mansfield, 2016). Eram envolvidos no cultivo, no processamento e no escoamento dos narcóticos, garantiam a segurança das estradas para os transportes, facilitavam o alcance internacional dos produtos, ao lado do Paquistão, e buscavam ao máximo regular e fiscalizar as etapas de maior alcance popular do processo (Mansfield, 2016).

Durante a ocupação esse acesso com certeza foi mais dificultado, mas é difícil afirmar se foi de fato impedido em algum aspecto. Sabe-se que havia o envolvimento do Talibã no processo de forma geral, e que áreas como o campo e participações inconstantes provavelmente seriam as principais, por serem mais fáceis de se exercer enquanto grupo procurado pelo governo.

3.2 Cenário imutável? A economia de guerra e seus impactos no país

Abordando os aspectos de economia de guerra que permitiram todo o desenrolar do narcotráfico como forma de economia de subsistência para alguns grupos sociais, combate para outros e das sombras para terceiros, tem-se clara a ideia de que os conflitos geraram o cenário de desgaste estatal e esse todo o restante. O que ainda precisa ser observado é o porquê de o país não ter conseguido superar esse status quo nos períodos em que houveram margens para a estabilização política. Tanto nos anos 1996-2001, durante o governo Talibã, como de 2001 a 2021 com o governo implementado pelos Estados Unidos o país teve mais chance de conseguir

prosperar e superar os impactos dos conflitos do que em qualquer outro momento de vácuo de poder ou de conflitos em atividade, mas isso não aconteceu. Existe, portanto, uma lacuna que precisa ser preenchida.

A hipótese aqui defendida estabelece que os conflitos constantes e próximos concederam ao país o status de economia de guerra, e que nesse cenário se desenvolveram as três formas de economia das novas guerras. Isso se confirma, como já foi apresentado. O contexto do Afeganistão é o de uma “nova guerra” pelas perspectivas de sustentação econômica, e o narcotráfico, apesar de uma única atividade, assume formas diferentes para diferentes parcelas da população, pelas caracterizações delimitadas por Pugh. O que não é mencionado são os impactos de outros fatores que não os conflitos para a manutenção desse estado econômico.

Sobre esses aspectos diversos, alguns são consequências de conflitos mais antigos que o recorte temporal do trabalho analisa, outros são fatores climáticos e geopolíticos, e existem ainda os que foram criados pela perpetuação do estado de fragilidade estatal. No que tange aos últimos, a produção de estatísticas oficiais no país durante as últimas décadas foi impedida justamente pela ausência de capacidade do Estado, e as poucas análises de dados do período são produzidas por atores internacionais com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (IMF), o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

A respeito dos fatores climáticos e geográficos, destaca-se que o Afeganistão conta com uma condição biológica desfavorável. O terreno acidentado e irregular dificulta a construção de grandes sistemas de circulação e transporte, como rodovias ou ferrovias, porque representa uma necessidade maior de investimentos em tecnologia e no preparo para as construções. A ausência desses recursos implica na diminuição do acesso à serviços básicos para a população mais afastada das grandes cidades, que é por vezes privada de educação, acesso à saúde, saneamento básico, água potável, coleta de lixo e outros (CIA, 2024).

Também existe um impacto na produção agrícola, já que as safras e colheitas costumam ser permeadas por períodos de secas, limitando a quantidade de produtos que o país consegue produzir em grande quantidade para embasar seu setor de exportação. Pela arenosidade do solo, que o torna mais suscetível aos impactos da água, existe também a recorrência de enchentes e deslizamentos de terra nas épocas de monções (CIA, 2024). Outros países com características similares enfrentam também dificuldades parecidas, mesmo os que não estão imersos em um contexto de conflitos frequentes, como é o caso da Mongólia ou do Nepal.

Essas características seriam mais facilmente superadas se o Afeganistão fosse um dos países considerados desenvolvidos, e tivesse assim recursos para investir em infraestrutura e tecnologias que adaptassem a vida ao ambiente, como é o caso dos Emirados Árabes Unidos. Entretanto, a inserção afegã no sistema internacional não facilitou esse desenvolvimento. Pela posição geográfica estratégica, já mencionada, ao longo de sua história o Afeganistão foi invadido múltiplas vezes por outros países da região. Ainda hoje, nem todos os vizinhos têm um relacionamento amistoso entre si, visto que existem diversas disputas e desavenças (CIA, 2024). O país é cercado principalmente pelo Irã e Paquistão, mas a proximidade entre os Estados no Oriente Médio permite que repercussões econômicas dos muitos conflitos regionais perpassem fronteiras, assim como a Guerra na Ucrânia afetou a economia da Europa ocidental.

Além disso, especialmente nos anos de conflitos vigentes ao fim do século XX e durante os anos de governo do Talibã (tanto na virada do século como atualmente), o país que já não tinha alcançado grandes sucessos econômicos tem que lidar com a aplicação de sanções econômicas, por parte de países e organizações internacionais, em sua maioria ocidentais, principalmente por motivos políticos, como o não cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos por parte do governo local (CIA, 2024). Essas restrições isolam ainda mais o Afeganistão internacionalmente, e restringem o acesso à investimentos externos, ao comércio internacional, ao intercâmbio de conhecimento, técnicas e tecnologias e outros recursos que poderiam contribuir com a sua reconstrução. Mesmo nos demais períodos, o país tem um alcance a investimentos externos quase completamente limitado a programas de auxílio de crise, que não são implementados de forma preventiva e, apesar de importantes, tem eficiência limitada durante tais episódios.

Por fim, existem aspectos sociais que foram causados pelos conflitos ou agravados por eles. Um grande empecilho ao desenvolvimento afegão é a baixa escolaridade populacional, ao que boa parte da população afegã na virada do século não tinha acesso à educação, e a maior parte das crianças não estavam sendo alfabetizadas (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Somase isso ao fato de que as parcelas intelectuais da sociedade, em geral parte da elite afegã, evadiu do país para escapar dos conflitos, tanto durante a guerra civil quanto com a ressurgência do Talibã (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a). Somam-se a isso as perdas humanas e a destruição da infraestrutura que tanto o conflito contra a URSS quanto o civil trouxeram ao país. Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (ICRC), durante a guerra civil morreram aproximadamente 50 mil civis apenas na capital do país (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Não são todos os países com essas condições, naturais ou não, mencionadas que enfrentam o mesmo cenário que o Afeganistão hoje, nem tampouco pode-se afirmar que foram

esses os responsáveis pela instauração de uma economia de guerra no país, mas quando essa foi atingida, o somatório de fatores internos e externos contribuiu para que fosse ainda mais difícil a reestruturação, especialmente de forma rápida. Quanto mais tempo em estado de instabilidade, mais as formas de economia de guerra se tornaram essenciais para a população e para os grupos armados afegãos. E, quanto mais enraizado um fato social, mais difícil é removê-lo.

A respeito do processo de ocupação e intervenção ocidental, é claro que não se pode afirmar que a paz foi alcançada, uma vez que em 2015 existiam diversos programas, ONGs e campanhas que buscavam estabilizar o país e, mesmo assim, o Afeganistão era o 8º país mais dependente de auxílio internacional no mundo (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

O que ocorre é que a economia política da transição, de conflito para a paz, é voltada à uma ótica liberal de priorização financeira, que muitas vezes agrava ainda mais o cenário de pobreza estabelecido em países imersos em conflitos há muito tempo. Assim, apesar de todas as tentativas, não era viável uma construção da paz pelos moldes convencionais, uma vez que:

The liberal peace is a paradigm that gives priority to the rule of law rather than social justice, to quick-fix elections rather than political accountability, to neoliberal economics rather than state direction (dirigism) to increase purchasing power, and to widening external influences rather than strengthening autonomy in the undeveloped world (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Foi devido a essa falha estrutural na construção da paz que o país não conseguiu se consolidar como um Estado centralizado e eficiente, possibilitando a continuidade de práticas ilícitas, como a que o Talibã utilizou para alavancar seu crescimento e recuperação. O processo transitório afegão, composto por esfera políticas, econômicas, sociais e da dicotomia “guerra x paz” não pode ser implementado de forma efetiva sem considerar cada uma dessas nuances como igualmente relevante perante às demais (Cooper, Pugh e Goodhand, 2004a).

Graças a dificuldades como essa, foi possível que o grupo se reerguesse, mas não significa que sua trajetória a partir de 2021 será facilitada. Ainda existem diversos desafios à paz e à reconstrução. A corrupção sistêmica que fez com que a população se revoltasse com o governo anterior não representa uma aceitação branda ao novo governo, de posicionamentos controversos e conservadores. O Estado continua assolado por divisões internas e tem sua legitimidade constantemente questionada, principalmente pela comunidade internacional.

Para que seja reestabelecida a paz, é preciso que o Estado seja fortalecido e se torne capaz de fornecer à população os serviços e direitos essenciais, bem como de regular as atividades ilícitas que, apesar de benéficas para o grupo durante sua recuperação, não

simbolizam agora uma qualidade para o governo Talibã. O país permanece mergulhado em conflito e nos impasses dele derivados, com a proliferação de grupos armados e o contexto de fragilidade, descentralização e, claro, economia de guerra. Nesse cenário podem, ainda, ser beneficiados grupos guerrilheiros de oposição ao Talibã, o que culminaria em mais alguns anos de conflito intenso, e na possível repetição dessa tendência a qualquer governo que se estabeleça nesse contexto. Trata-se, portanto, de um ciclo. A situação afegã foi propagada e intensificada por tanto tempo que não é vista com facilidade uma forma de ruptura permanente e eficaz que garanta a reestruturação do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou a Economia Política do Conflito, com foco no Afeganistão e no papel do Talibã. Através da análise, foi possível entender como conflitos armados podem prejudicar a economia de um país e dar origem a práticas econômicas substitutivas. O caso do Talibã no Afeganistão permite a percepção de que economias de guerra podem ser mais enraizadas e de difícil superação do que se imagina. A resistência social enfrentada na imposição de um processo de pacificação no país demonstra que existem fatores a mais a serem observados, e que a abordagem atual das construções da paz é, no mínimo, superficial. Aos EUA não faltavam recursos para impor qualquer medida que considerassem válidas para a recuperação afegã, e mesmo assim o cenário no qual o Talibã assumiu o poder em 2021 em muito continuava igual ao de 1996, o que leva a acreditar que a dificuldade está no projeto, não na execução.

A Economia Política do Conflito é voltada ao estudo das guerras, essencialmente buscando compreender suas origens e a forma como se mantém. No caso do Afeganistão, a origem dos conflitos é entrelaçada, tendo um ocorrido por cima das cinzas do anterior. Não existe forma de analisar a economia do país senão através das postulações sobre economias de guerra. O estudo de caso desenvolvido é multifacetado, e se aplica a diversos conceitos. De fato, se encaixa como uma “nova guerra” pela forma na qual seus conflitos ocorreram, no geral descentralizados, entre guerrilhas, à sombra de um Estado fragilizado.

Sobre suas formas de economia, foi possível perceber que uma única atividade, no caso o narcotráfico, pode ser alocada como base de qualquer categoria, seja de subsistência para os civis, de combate para o Talibã (e outros grupos guerrilheiros na região) ou das sombras para aquela parcela da população que detém dos meios de produção do ópio. Confirma-se então que essas formas econômicas não só podem acontecer em um mesmo conflito, como dependem apenas do observador para que sejam categorizadas.

Como, então, o Talibã conseguiu manter atividades lucrativas que o sustentasse, mesmo durante a ocupação pelas tropas dos EUA e da OTAN? O Talibã e os interventores não estavam no mesmo ambiente. Enquanto as tropas prestavam atenção às grandes cidades, às partes do território mais ricas em recursos extraíveis e na busca de “terroristas”, o Talibã compreendia o contexto socioeconômico do país e conseguia utilizar das fraquezas do momento para benefício próprio. É claro também que a população não prosperou o suficiente sob o regime Talibã, então

não necessariamente o Afeganistão estaria em um cenário melhor hoje do que se nunca houvesse sido ocupado, mas é bastante evidente que nenhum dos dois processos foi satisfatório.

A compreensão de todas as nuances que implicam na mobilização popular em busca de melhorias para si mesma, o entendimento de que um Estado frágil só pode ser ainda mais fragilizado com eclosões de conflitos, a percepção de que uma prática pode ser a base econômica de diversos grupos e, portanto, muito difícil de ser eliminada e a noção de que conflitos extensos desgastam mais do que apenas a economia de um país são algumas das reflexões possíveis após a discussão apresentada nesse trabalho. Confirma-se a hipótese de que o narcotráfico era uma atividade importante pela qual o Talibã captava recursos para suas atividades, e que ela só foi possível porque o status do país não evoluiu durante a ocupação. Resta agora à comunidade internacional esperar e observar os desdobramentos do novo governo no Afeganistão, seja na região em si, no mercado mundial de drogas ou nas repercussões que o caso lança sobre a interpretação de economias de guerra..

REFERÊNCIAS

- AZAMI, Dawood. Afghanistan: How do the Taliban make money?. BBC, [S. l.], p. Página única, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-46554097>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- BILGIN, Pinar. Critical Theory. In: WILLIAMS, Paul D. (ed.). **Security Studies: an introduction**. Londres e Nova York: Routledge, 2008. Cap. 7. p. 89-102.
- BILGIN, Pinar. **Regional Security in the Middle East: a critical perspective**. Londres e Nova York: Routledge, 2005.
- BILGIN, Pinar. Security studies: theory/practice. **Cambridge Review Of International Affairs**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 31-42, mar. 1999. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09557579908400239>.
- BRIVATI, Brian (ed.). **Losing Afghanistan: the fall of kabul and the end of western intervention**. Hull: Biteback Publishing, 2022. 368 p.
- BYMAN, Daniel. **Al Qaeda, The Islamic State, And The Global Jihadist Movement: What Everyone Needs To Know**. New York: Oxford University Press, 2015. 305 p.
- CIA (Estados Unidos). CIA. **The World Factbook: Afeghanistan**. In: Afghanistan. [S. l.], 1 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/afghanistan/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **Guerra e Globalização: antes e depois de 11 de setembro de 2001**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 192 p.
- CNN (Brasil). CNN. Linha do tempo: da insurgência ao poder, a história do Talibã no Afeganistão. CNN Brasil, [S. l.], p. Página única, 16 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/afghanistan/>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- COBURN, Noah. **Bazaar Politics: power and pottery in an afghan market town**. Califórnia: Stanford University Press, 2011.
- COBURN, Noah. **Losing Afghanistan: an obituary for the intervention**. Califórnia: Stanford University Press, 2016.
- COBURN, Noah. **Under contract: the invisible workers of america's global war**. Stanford: Stanford University Press, 2018.
- COOPER, Barry. **New Political Religions, or An Analysis of Modern Terrorism**. Columbia e Londres: University Of Missouri Press, 2004.
- COOPER, Neil; PUGH, Michael; GOODHAND, Jonathan. **War economies in a regional context: challenges of transformation**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2004a. 273p.
- COOPER, Neil; PUGH, Michael; GOODHAND, Jonathan. War Economies in a Regional Context: overcoming the challenges of transformation. **International Peace Institute**, Nova York, p. 1-16, mar. 2004b.

CREWS, Robert D.. **Afghan Modern: the history of a global nation**. Massachusetts: The Belknap Press Of Harvard University Press, 2015. 381 p.

CREWS, Robert D.; TARZI, Amin (ed.). **The Taliban and the crisis of Afghanistan**. Massachusetts: Harvard University Press, 2008.

CRUZ, Cap Eng Rui Manuel Pereira; OLIVEIRA, Cap Inf Carlos Eduardo Bernardo; COSTA, Cap Inf Hilário Diogo da Silva; VERÍSSIMO, Cap Art Bruno Henrique Cruz. **O Teatro de Operações do Afeganistão das origens do conflito à atualidade**. 2018. 49 f. Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E A/S 2017/2018 - Curso de Promoção A Oficial Superior das Armas e Serviços 2017/2018, Instituto Universitário Militar, Pedrouços, 2018.

DUFFIELD, Mark. **Development, Security and Unending War: governing the world of peoples**. Cambridge: Polity Press, 2007.

DUFFIELD, Mark. **Global Governance and the New Wars: the merging of development and security**. Londres e Nova York: Zed Books, 2001.

DUFFIELD, Mark. War as a Network Enterprise: the new security terrain and its implications. **Cultural Values**, [S.L.], v. 6, n. 1-2, p. 153-165, jan. 2002. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/1362517022019793>.

DUFFIELD, Mark; HEWITT, Vernon (ed.). **Empire, Development & Colonialism: the past in the present**. Woodbridge: James Currey, 2009.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR ASYLUM (EUAA). **Country Guidance: Afghanistan**. Luxemburgo: Publications Office Of The European Union, 2023. 170 p. ISBN: 978-92-9403-060-3 DOI: 10.2847/26762. Disponível em: <https://euaa.europa.eu/country-guidance-afghanistan-2023>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GIUSTOZZI, Antonio. **The Taliban at War: 2001-2018**. Londres: C. Hurst & Co., 2019.

GOMES, Aureo de Toledo; MIKHAEL, Michelle Mitri. Terror or Terrorism? Al-Qaeda and the Islamic State in Comparative Perspective. **Brazilian Political Science Review**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-27, 26 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800010002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/4KtdTxmZGczgWKJH4qMfNBN/?lang=en>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GOODSON, Larry P.. **Afghanistan's Endless War: state failure, regional politics, and the rise of the taliban**. Seattle And London: University Of Washington Press, 2001. 264 p.

GUELKE, Adrian. **Terrorism and Global Disorder: political violence in the contemporary world**. Londres e Nova York: I.B.Tauris & Co, 2006. 284 p.

JACKSON, Richard. Introduction. In: JACKSON, Richard (ed.). **Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies**. New York: Routledge, 2016. Cap. 1. p. 20-43.

JADOON, Amira; SAYED, Abdul; MINES, Andrew. The Islamic State Threat in Taliban Afghanistan: tracing the resurgence of islamic state khorasan. **CTC Sentinel**, West Point, v. 15, n. 1, p. 33-45, jan. 2022. Mensal.

KALDOR, Mary. **New & Old Wars: organized violence in a global era**. 3. ed. Cambridge: Polity Press, 2012. 268 p.

KALYVAS, Stathis N.. "New" and "Old" Civil Wars: a valid distinction?. **World Politics**, [S.L.], v. 54, n. 1, p. 99-118, out. 2001.

MANSFIELD, David. **A State Built on Sand: how opium undermined afghanistan**. Oxford: Oxford University Press, 2016. ISBN: 9780190608316.

MASKALIUNAITE, Asta. Defining Terrorism in the Political and Academic Discourse. **Baltic Defense Review**, [S.L.], v. 2, n. 8, p. 36-50, 2002.

MASON, T. David; MITCHELL, Sara McLaughlin (ed.). **What Do We Know about Civil Wars?** Lanham: Rowman & Littlefield, 2016. 365 p.

PETERSON, Jenny (2014). **Building a peace economy**. Manchester: Manchester University Press.

PUGH, Michael. The Political Economy of Peacebuilding: a critical theory perspective. **International Journal Of Peace Studies**, [S.L.], v. 10, n. 2, p. 23-42, 2005.

PUGH, Michael; COOPER, Neil; TURNER, Mandy (ed.). **Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding**. Londres: Palgrave Macmillan, 2008. 427 p. (New Security Challenges Series).

RUBIN, Barnett R.. **Afghanistan: What Everyone Needs To Know**. New York: Oxford University Press, 2020. 353 p.

RUCHEL, Gabriela; VIEIRA, Maria Gabriela de O.. Afeganistão em guerra: invasão e insurgência (2001- 2020). **Dossiê de Conflitos Contemporâneos**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 4-12, mai. 2021.

RUNION, Meredith L.. **The history of Afghanistan**. Westport: Greenwood Press, 2007. 185 p.

SHAHZAD, Syed Aleem. **Inside Al-Qaeda and the Taliban: beyond bin laden and 9/11**. Londres: Pluto Press, 2011.

SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de Pesquisa**. Brasília: Enap, 2018. 119 p.

SOUZA, André de Mello e; NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracalossi de (org.). **Do 11 de setembro de 2001 à guerra ao terror: reflexões sobre o terrorismo no século xxi**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2014. 186 p.

TELLIDIS, Ioannis. Terrorism and Peace Studies. In: JACKSON, Richard (ed.). **Routledge Handbook of Critical Terrorism Studies**. New York: Routledge, 2016. Cap. 27. p. 626-650.

TØNNESEN, Truls Hallberg. Islamic State and Technology: A Literature Review. **Perspectives On Terrorism**, Haia, v. 11, n. 6, p. 101-111, dez. 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26295959>. Acesso em: 18 jun. 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report: 2022**. Viena: United Nations, 2022. ISBN: 9789211483758.

WALDMAN, Matt. The Sun in the Sky: the relationship between pakistanis and afghan insurgents. **Crisis States Discussion Papers**, Londres, v. 18, p. 1-27, jun. 2010.

WOODWARD, Susan (2013). The political economy of peacebuilding and international aid. In: MAC GINTY, Roger. **Routledge Handbook of Peacebuilding**. London: Routledge.